

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 5 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM SEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE

-----No dia seis de dezembro de dois mil e dezanove, pelas 19.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, Salão Nobre da Câmara Municipal de Porto de Mós, sito em Solar dos Gorjões, no Largo de S. João, em Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

- 1. *Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;*-----
- 2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- 1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)* -----
- 2. *Documentos Previsionais para o quadriénio 2020-2021; (apreciação, discussão e votação)* -----
- 3. *Medidas de execução do orçamento para o ano de 2020; (apreciação, discussão e votação)* -----
- 4. *Mapa de Pessoal para o Ano de 2020; (apreciação, discussão e votação)* -----
- 5. *Pedido de autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais no exercício de 2020 (apreciação, discussão e votação)* -----
- 6. *Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; (para conhecimento)* -----
- 7. *Adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito do regime jurídico de serviço público de transporte de passageiros (RJSPTP) (apreciação, discussão e votação)* -----
- 8. *Pedido de autorização para celebração de contrato interadministrativo com a União de Freguesias de Arrimal / Mendiga para apoio à construção da casa Mortuária da Mendiga; (apreciação, discussão e votação)* -----
- 9. *Desafetação de domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno de 18,05 m2, sita em Lagoa Seca, na Freguesia de Juncal; (apreciação, discussão e votação)* -----
- 10. *Regulamento Municipal de Funcionamento do Grupo de Proteção Sénior de Porto de Mós; (apreciação, discussão e votação)* -----
- 11. *Delegação de Competências nas Freguesias:*-----
 - 11.1. *Pedido de autorização de adenda aos acordos de execução com as Freguesias; (apreciação, discussão e votação)* -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----11.2. Pedido de autorização de celebração de Contratos Interadministrativos com as Freguesias; (apreciação, discussão e votação) -----

-----12. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação) -----

-----Estavam presentes na Mesa a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, a Primeira Secretária, Olga Cristina Fino Silvestre e o Segundo Secretário, Antonio José Jesus Ferreira. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS), Cristiana Ferreira do Rosário (PSD), José Gabriel Pires Vala (PSD), Antonio Pereira Carvalho (PS), Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD), David Miguel Feteira Salgueiro (PS), Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM), Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM), João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD), Patricia Isabel Zeferino Madeira (AJSIM).-----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; João Carlos Coelho Ferreira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (AJSIM) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Antonio Rogério de Oliveira Vieira (IPP) Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria e Tiago Manuel da Costa Rei (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Anabela Martins, Marco Paulo Barbosa Lopes e Sofia Margarida Amado Pereira Caetano, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes. ----

-----Faltaram à sessão, o senhor Presidente da Juntas de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga, Jorge Paulo Costa Carvalho (PS) que foi substituído por Manuel Carvalho Amado, Tesoureiro da mesma Junta de Freguesia, tendo a sua falta sido considerada justificada

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pela mesa, face ao pedido apresentado por aquele e Filipe da Conceição Batista (JFAS), Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, que não pediu a justificação da falta, pelo que a mesa a considerou injustificada.-----

-----Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu nota da renúncia ao mandato, apresentada por Rui Augusto Pereira Neves, deputado eleito pelo Partido Socialista, dirigida à Presidente do órgão e devidamente assinada, que passou a ler e que aqui se dá por transcrita para todos os efeitos legais e que foi substituído nos termos do artigo 79º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, por **Liliana Carvalho Pereira**, por se tratar da cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. Após ter sido conferida a legitimidade desta cidadã, a mesma assumiu funções de membro da Assembleia Municipal de pleno direito.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, usou ainda da palavra para referir que pediu também a suspensão do mandato pelo período de seis meses, nos termos do artigo 67º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, a deputada municipal, Cecília Lopes Palma, eleita pelas listas do Partido Social Democrata, que foi igualmente substituída nos termos da Lei e do Regimento, por **Maria Goreti Fino Domingues** por se tratar da cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. Conferida a sua legitimidade, assumiu as funções de deputada nesta Assembleia Municipal.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às dezanove horas e cinco minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão desejando a todos um bom trabalho, esperando que a sessão decorra na defesa dos interesses próprios da população do concelho de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. Terminou dizendo que esta sessão se vai reger pelo Regimento aprovado em 23 de fevereiro de 2018. Aproveitou ainda o ensejo para agradecer ao senhor Telmo Conceição os arranjos florais com que tem vindo a presentear esta Assembleia Municipal.-----

-----Seguidamente, deu-se início ao período de intervenção do público.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir. Antonio Manuel Ferreira de Almeida, Telmo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Conceição e António Alves, inscreveram-se para o efeito.-----

-----**Antonio Manuel Ferreira de Almeida, Ferraria, Porto de Mós:**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, começou por dizer que, está aqui mais uma vez para lembrar a existência de um caminho público, com quatro metros de largura, que não pode ser considerado um caminho pedonal, conforme expressou o senhor Presidente da Câmara junto da Presidente da Freguesia de Calvaria de Cima. Disse ser errado esse pensamento, pedindo desculpa de estar aqui mais uma vez a discordar disso. Disse depois ter documentos em seu poder, existentes também na Conservatória do Registo Predial, que declaram que o caminho que lá existe é um caminho público e não um caminho pedonal. Por outro lado, disse, querer lembrar também ao senhor Presidente da Câmara que o caminho está em péssimo estado, e a linha de água está cortada estando o seu terreno inundado e que exige que alguém da Câmara lá se desloque para verificar que efetivamente não se trata de um caminho pedonal. Um caminho pedonal é um carreiro, quase de cabras e não um caminho onde passam viaturas. As Construções Pragosa compraram aquele terreno e cortaram o caminho público existente há centenas de anos. -----

-----**Telmo Conceição, Porto de Mós:**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, desejou um Santo e Feliz Natal a todos, atendendo à quadra natalícia.-----

-----Disse depois, dirigindo-se à senhora Presidente da Assembleia Municipal, que vem aqui alertar sobre dois temas, começando com o tema da avaliação. A avaliação é um ato contínuo devendo procurar-se ser-se justo e construtivo na mesma. Disse que se referia à avaliação política transcrita no jornal "O Portomosense", das forças políticas que governam o concelho, tecendo algumas considerações sobre esse assunto. Outra questão a que passou a referir-se, tem a ver com a questão da eleição do presidente jovem.-----

-----Terminou a sua intervenção saudando o executivo municipal, na pessoa do seu Presidente, sobre a classificação que foi atribuída ao site municipal.-----

-----**Antonio Alves, Porto de Mós:**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse ser a primeira vez que participa numa Assembleia Municipal. Disse depois que queria parabenizar a Câmara Municipal sobre algumas obras de alindamento que têm vindo a ser feitas na vila de Porto de Mós, começando por referir a recuperação dos candeeiros no Parque Verde. Por outro lado, lamentou o facto de não ter havido o mesmo cuidado em plena zona histórica. Elogiou depois a alteração e manutenção dos canteiros no cruzamento da Avenida Sá Carneiro com a Rua de Santo Antonio, criticando no entanto os contentores do lixo que ali estão colocados de forma desordenada, o que não embeleza terra

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nenhuma.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para responder aos anteriores intervenientes, dizendo que antes disso, e em nome de todo o executivo, queria desejar ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga rápidas melhoras relativamente ao acidente de que foi vítima. Em segundo lugar, disse que queria felicitar a Dra. Olga Silvestre pelo facto de ter sido eleita Deputada da Republica, sendo um orgulho muito grande para o concelho de Porto de Mós, poder voltar a ter um deputado na casa da democracia.-----

-----Respondendo depois às questões colocadas pelo público, disse a **Antonio Almeida** que quando foi interpelado na sessão da Assembleia Municipal realizada em Calvaria de Cima, teve o cuidado de fazer o que lhe competia, e que foi ir ao cadastro e analisar com as pessoas responsáveis pelo mesmo, a origem de tal informação. De facto, no cadastro municipal, a informação que colheu, é que naquele sítio, o que está referenciado no sistema de informação geográfica, é um caminho de pé posto. Se existe outra situação, tem de se procurar uma solução, dizendo que irá continuar a insistir e ver o que efetivamente se passa, sem prejuízo de informar que, relativamente a essa questão, existe um processo que foi instruído a partir de denúncia de alguns vizinhos, que está na Agencia Portuguesa de Ambiente, estando a seguir os trâmites normais e se a Câmara Municipal se for chamada à colação sobre essa matéria, naturalmente responderá. Sobre esta questão, disse não ter mais informação. Continuou depois dizendo que desde que este executivo tomou posse, não mandou desligar nenhuma lâmpada de iluminação pública. -----

-----A **Telmo Conceição**, disse que queria falar sobre a questão do Presidente Jovem. O Presidente Jovem foi uma ideia lançada pelo Conselho Municipal de Juventude, e que teve apoio do executivo municipal. O regulamento está a ser elaborado, vindo entretanto a esta Assembleia. O Presidente Jovem, tem como objetivo primeiro aproximar os jovens, e que ainda não votam, dos cidadãos mais atentos, promovendo a cidadania e sobretudo despertá-los para aquilo que é a vida de uma autarquia, conferindo-lhes a possibilidade de eles durante um ano, poderem, nos tempos mortos de escola, gerirem um executivo imaginário, com algumas condições que o próprio regulamento lhes impõe, não sendo mais do que isto. O objetivo do executivo, e que é transversal a inúmeros municípios do país, é sensibilizar os mais jovens para aquilo que é a vida pública, a missão destes cargos, a sua função e eventualmente a perceção, o mais cedo possível, daquilo que é o cargo de Presidente de Câmara, por exemplo.-----

-----Relativamente à questão levantada por **Antonio Alves**, disse que o processo de substituição de candeeiros ainda não está concluído, sendo o FabLab que está a fazer as substituições e os arranjos, bem como a adaptação para led, sendo que é um trabalho que vai continuar a ser feito, até que todos estejam substituídos. Quanto aos contentores do lixo, disse que está em curso um projeto conjunto com a Valoris, que visa a instalação de caixotes castanhos, para os lixos orgânicos, sobretudo nos centros urbanos, mas todas as freguesias serão contempladas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com, pelo menos, um contentor destes, e associado a isto, será feito um arranjo da organização de todo o conjunto de lixo doméstico, no sentido de lhes dar outra urbanidade.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a pôr à aprovação do plenário, **a ata nº 4 da sessão ordinária** realizada em 27.09.2019, esclarecendo que em conformidade com o disposto no n.º 3 do Art.º 34.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, os Deputados Municipais, que não tenham estado presentes na sessão a que a respetiva ata diz respeito, não participam na sua aprovação.-----

-----Não havendo reparos à mesma, foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----**2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----A senhora Presidente passou a usar da palavra, dizendo que pretende fazer um pequeno esclarecimento para que fique a constar em ata, relativamente ao processo conhecido por "plágio", pois na ata que acabou de ser aprovada, refere-se que o mesmo tem quatrocentas páginas, o que não é verdade, tendo duzentas e sessenta e sete páginas, como se teve ocasião de se ver quando foram entregues todos os documentos.-----

-----**Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (AJSIM – Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima):**-----

-----Começou por cumprimentar a senhora Presidente da Assembleia e na sua pessoa, todos os presentes. Disse depois que gostaria de esclarecer, relativamente à intervenção de **Antonio Manuel Ferreira de Almeida**, que foi pedido à freguesia um parecer sobre aquele terreno, tendo o seu executivo respondido fundamentadamente, havendo documentação a comprovar que se trata de um caminho publico.-----

-----Continuou depois dizendo que o que a leva a intervir neste ponto é para falar um pouco sobre o Gabinete de Apoio às Freguesias. Estando-se no limiar de um novo ano, seria uma boa oportunidade para se alterarem algumas coisas sobre este Gabinete. Disse achar que, todos os Presidentes de Junta gostariam de saber qual a programação dos trabalhos a efetuar nas respetivas freguesias. O que acontece é que nas reuniões mensais dos Presidentes de Junta com o executivo municipal, lhes poderia ser facultado essa programação dos trabalhos nas freguesias para que cada executivo da freguesia esteja disponível para que esses trabalhos possam decorrer da melhor forma. Continuou dizendo que o seu executivo, há já alguns meses, tem enviado para a Câmara

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal alguns e-mails, sobre a necessidade de sinalética na freguesia, dizendo querer transmitir aqui a sua preocupação relativamente à falta de segurança das pessoas e veículos que por ali transitam, e pedindo que o Gabinete de Apoio às Freguesias se debruce sobre este assunto. Perguntou ainda da possibilidade de a Câmara enviar algum alcatrão para a freguesia no próximo ano, pois é algo que já não acontece há bastante tempo, havendo reclamações de alguns fregueses nesse sentido. Terminou, desejando Boas Festas a todos os presentes.-----

-----**Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS – Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que é a primeira vez que debita palavra no púlpito. Disse ainda que o faz de propósito, pois há dois assuntos que o preocupam de sobremaneira na sua freguesia. O primeiro é a insegurança, referindo que desde que este executivo da Junta de Freguesia tomou posse, o erário público já foi vandalizado em mais de seis mil euros, saindo essa reparação do orçamento da Junta de Freguesia. Mas há outro assunto que o tem vindo a preocupar mais agora, e que também se prende com insegurança, pois tem vindo ao conhecimento da freguesia que tem vindo a ser incrementado o roubo a pessoas mais idosas que se deslocam em algumas ruas mais ermas, com pouca iluminação, e que estão indefesas, havendo inclusivamente registos de internamentos no hospital por via dessa violência. Assim, disse que o que pedia novamente ao senhor Presidente da Câmara, pois isto não é nada de novo, era que desse conhecimento da sua preocupação às forças de segurança. Outro assunto, é a saúde. Continuou dizendo que desde que a Dr^a. Isabel Lima se foi embora, já conheceu quatro médicos de família, não tendo conhecido mais porque não tem precisado dos serviços do Centro de Saúde. Mas tem assistido a reclamações dos utentes. Continuou dizendo que alguma coisa tem de ser feita no sentido de mostrar a preocupação do Município relativamente a esta situação, porque não podem ser sempre os mesmos a ser prejudicados, andando a saúde no concelho de Porto de Mós a velocidades completamente diferentes. Disse ainda que outro assunto que aqui trás é o de louvar o executivo municipal, porque desde o tempo dos mandatos que o antecederam, vinha sendo solicitada a substituição da iluminação no Largo das Igrejas em Mira de Aire, e por um motivo ou por outro, nunca tal se concretizou. O que neste momento pode dizer a todos é o agrado que as pessoas atualmente manifestam com essa situação agradecendo ao senhor Presidente da Câmara a resolução dessa situação que se arrastava há anos.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD – Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que queria agradecer a todos os seus congéneres bem como ao executivo municipal o terem prestigiado com a sua presença o Festival do Galo que se realizou na sua freguesia. Disse que também queria agradecer à Câmara Municipal o equipamento dos camiões e da niveladora que trabalharam na freguesia de Serro Ventoso durante duas ou três semanas e que fizeram uma estrada que liga Serro Ventoso à freguesia de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Porto de Mós, na zona do Figueiredo. Louvou ainda a Vereadora Telma Cruz, pela sua intervenção na solução de um problema que estava a acontecer na escola básica de Serro Ventoso e que tinha a ver com o facto de as crianças filhas da comunidade brasileira, que a frequentam, não terem direito às refeições escolares. Referiu depois que ontem foi confrontado com umas máquinas e camiões a fazerem uma estrada na Bezerra, tendo falado com o Presidente da Junta de Freguesia de Arrimal e Mendiga, que também não sabia do que se tratava. Continuou dizendo que acha que as freguesias devem saber o que se passa ou vai passar nos seus territórios, porque são os Presidentes das Juntas os legítimos gestores dos baldios. Perguntou depois, como é que é possível estar a fazer-se uma estrada na Bezerra transportando *tout-venant* de uma distância de 70 km, de Fátima para a Bezerra, quando em Serro Ventoso existem três britadeiras com *tout-venant* com chegam para a obra toda, questionando o senhor Presidente da Câmara sobre esse assunto. Referiu-se depois mais uma vez ao quiosque dos reformados no Rossio, salientando a falta de dignidade daquele espaço. Fez depois menção à equipa de tapa buracos, dizendo que como diz a sua congénere de Calvaria de Cima, o gabinete de apoio às freguesias não dá resposta.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, começando por dizer que o Gabinete de Apoio às Freguesias faz o planeamento dos trabalhos, só que os pedidos das dez freguesias são sistemáticos e a equipa é só uma, embora se esteja a trabalhar no sentido de se dividir a equipa e transformá-la em duas, o que só deve ser possível no início do ano, com a contratação de dois novos operacionais que vão substituir os que se reformaram. Quanto aos espelhos, disse que estes são recolocados logo que isso é pedido. Sobre a sinalética e sobre a questão da pintura das passadeiras, está em curso uma adjudicação para pintar cerca de setenta passadeiras no concelho.-----

-----Quanto à Junta de Freguesia de Mira de Aire, disse que, quando este assunto foi abordado pela primeira vez, teve uma reunião com o senhor Comandante Territorial da GNR, no sentido de se definir uma estratégia mais musculada em Mira de Aire. A informação que recebeu, é que durante alguns dias houve uma presença mais musculada da GNR em Mira de Aire, mas o que é facto é que o problema persiste. Assim, disse que queria convidar o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire para uma reunião com o Comando da GNR, no sentido de se definir uma estratégia mais localizada, para o problema de insegurança que se está a viver em Mira de Aire. No que se refere aos médicos de família em Mira de Aire, disse que é um problema que é transversal a todo o País e que apesar de se terem dado passos importantes no sentido de o minimizar, não se consegue resolver definitivamente. O senhor Secretário de Estado da Saúde, é um cidadão de Leiria, e conhece a realidade da Saúde não só da região mas também do concelho de Porto de Mós e que o vai receber no próximo dia 12, para tratar dois ou três temas que são prementes para este concelho. Aquilo que está em cima da mesa é esta questão dos médicos, que é preocupante, mas é também a questão, por exemplo do Posto Médico de Pedreiras. Havendo verba sobrança da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

unidade móvel de saúde, e tendo sido feito um pedido de reprogramação à CIM, que foi aprovado e que foi remetido para a CCDR, levou a que o executivo tenha aprovado um projeto de requalificação e adaptação do Posto Médico às condições exigidas para uma Unidade de Saúde Familiar. A única coisa que a CCDR pede, é uma declaração da ARS, em que se diga que aquela obra é importante para o bom funcionamento da USF. Esta declaração tem associado que o Estado não gasta um tostão com aquela requalificação. A Câmara recebeu esta semana da senhora Diretora da ARS uma resposta, dizendo que não passa declaração nenhuma, porque não sabe se a obra é importante ou não. O executivo anda nisto há mês e meio, e agora estando no limite da reprogramação, das duas, uma: ou a ARS passa a declaração e o projeto é financiado ou então será o Município a fazer face a esses custos. Assim, torna-se necessário fazer ver à senhora Diretora que a declaração não configura qualquer tipo de responsabilidade para o Estado, estando o Município a substituir-se ao Estado e estando a fazer uma obra que é fundamental para que no final do ano de 2020 a USF possa ser certificada. Se não o fizer, o Posto Médico de Pedreiras não reúne as condições necessárias para que a USF Novos Horizontes, possa ser certificada.-----

-----Relativamente à Junta de Freguesia de Serro Ventoso, disse que aquilo que sabe é o mesmo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia sabe. O Estado tem identificadas as faixas primárias no âmbito do Plano Nacional da Defesa contra Incêndios da Floresta, e trata as faixas primárias, em conjunto com as autarquias nalguns casos, mas é o ICNF que avança com este tratamento. Este ano, o Exército Português fez um protocolo com o ICNF e tanto quanto sabe, é o Exército que está a fazer a manutenção dessa faixa primária na Serra dos Candeeiros. Concluiu dizendo que não faz ideia de onde é que o *tout venant* vem e que a Câmara não recebeu nenhuma comunicação formal, acrescentando que no passado já era assim, não tendo nunca o ICNF dado explicações sobre aquilo que é a sua responsabilidade na manutenção das faixas primárias de proteção da luta contra incêndios.-----

-----No que se refere ao quiosque dos reformados, disse que está incluído num projeto que está a ser desenvolvido, de requalificação de toda aquela zona do jardim. Entretanto vai entrar em obras o antigo Posto de Turismo, e conjuntamente será apresentado um projeto de requalificação de toda aquela parte do jardim, onde o dito quiosque se insere.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que, em primeiro lugar queria fazer um pedido ao senhor Presidente da Câmara e que era que se fizesse uma marcação da estrada que liga o Juncal à Albergaria, atendendo ao perigo que a mesma representa para os automobilistas, principalmente quando está muito nevoeiro. Depois, disse que queria falar sobre o passeio que foi feito na Rua Comendador Coelho da Silva, no Juncal, pois há sítios no passeio que têm uma inclinação muito acentuada. Referiu-se ainda ao estacionamento de viaturas no dito passeio, coisa que não compreende. Continuou dizendo que lamenta que os Presidentes de Junta de Freguesia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Juncal nunca aqui se tenham referido ao problema da EDP e da PT e à colocação de postes que estas empresas fazem indiscriminadamente em qualquer sítio, tais como passeios, valetas, e outros locais, e que obstruem a normal circulação dos transeuntes, pedindo ao senhor Presidente da Câmara a sua intervenção de forma a evitar este estado de coisas. Passou depois a referir-se ao problema do hotel de Porto de Mós, dizendo que após dois anos de mandato, não viu nada feito. Questionou ainda o senhor Presidente da Câmara sobre o estado da obra da Central Termoelétrica.

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, referiu-se a uma situação que foi aqui alertada pelo senhor Telmo Conceição, dizendo que teve a preocupação de comentar a classificação na sua página de *facebook*.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, dirigiu um cumprimento especial a Olga Silvestre, pela sua eleição para a Assembleia da Republica, desejando-lhe um trabalho proficuo, acreditando que Porto de Mós está bem representado. Disse depois que queria aqui, em primeiro lugar, felicitar o executivo pelas iniciativas de Natal, o que apraz, com certeza, a todos os munícipes. Referiu-se depois à questão do *site* do Município, que recebeu um prémio, mas ele continua a ter dificuldades em aceder a documentação. Outra questão que já foi aqui abordada relativamente a Mira de Aire, tem que ver com segurança. O Municipio, neste caso, o anterior executivo, mas poderia ter sido este, não sendo isso que está em causa, fez um investimento considerável no que toca aos Postos Territoriais da GNR, tanto de Porto de Mós, como de Mira de Aire, e depois por exemplo em Porto de Mós, não se vê praticamente uma ronda policial a pé, há meses. Perguntou como é que é possível o município investir centenas de milhares de euros nas instalações da GNR, para depois não haver efetivos das forças de segurança, considerando essa situação inadmissível. O mesmo se diga, relativamente à saúde, que também já aqui foi abordada. Outra questão que queria abordar, disse, tem que ver com a comunicação social e com a avaliação de que aqui já se falou. Na sua opinião, isto tem a ver com um problema de génese. O défice de participação democrática, incluindo a da comunicação social deste concelho, é brutal. Seja qual for o executivo, o que a comunicação social faz, é refletir uma espécie de propaganda, para não ficar mal na fotografia, seja qual for o executivo. Disse ainda que não se revê em nenhuma das avaliações e a culpa disto, é muito, de uma certa maneira de estar que se implantou há muitos anos no concelho de Porto de Mós e que também vem da comunicação social. Até hoje, nunca ninguém quis saber, quais eram as propostas que foram implementadas pelo executivo, se estes deputados concordam ou se gostariam de ver outras. Está-se hoje a discutir um orçamento, e na última edição do jornal *O Portomosense*, era da mais elementar cultura democrática, até para os munícipes, que fosse perguntado quais eram as linhas de orientação que cada um dos grupos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipais tinha. Portanto, concluiu dizendo que aquelas avaliações não valem nada. Por fim, disse que relativamente ao Gabinete de Apoio às Freguesias é uma queixa constante, e tem de haver uma forma de contato mais constante, uma vez que o gabinete foi criado por iniciativa deste executivo, como uma forma de articular e facilitar, de dar vida, à relação entre o executivo municipal e as freguesias, e pelos vistos, e por aquilo que se vê pelas queixas dos Presidentes de Junta, é que o gabinete começa a ser mais um entrave do que um facilitador de relações. Aí o executivo tem de trabalhar no sentido de inverter este estado de coisas.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que as suas primeiras palavras são de agradecimento pelas felicitações que lhe foram dirigidas, dizendo que estará sempre disponível para ajudar os portomosenses naquilo que lhe for possível, estando o seu gabinete sempre aberto para qualquer portomosense que queira visitá-la. A propósito da intervenção do colega Mário Cruz e anteriormente a ele, do senhor Telmo Conceição, tem que dizer que, quanto à avaliação do executivo, foram avaliados os dois anos de mandato, tendo sido limitado o número de palavras e dada uma grelha para a avaliação. O PSD, descreveu objetivamente as obras e atividades que foram realizadas pela Câmara, como se pode constatar pelo artigo do jornal e foi com base nessa avaliação objetiva, nos dois anos de mandato realizados, e no programa eleitoral com que foi sufragado, na execução das obras e atividades realizadas, que o PSD atribuiu a nota. Se é pedido para avaliar de 0 a 20, é essa a escala que é utilizada. Obviamente que o partido que está no poder, tem sempre uma visão diferente e mais positiva do que a visão da oposição. Factos são factos, e as obras descritas no artigo do jornal, foram efetivamente realizadas e as atividades lá elencadas também foram efetivamente realizadas. E estar a meio do mandato, ter realizado mais de 50% do programa eleitoral, parece ao PSD, que este executivo merece, a nota máxima. Mas a democracia é isto mesmo. Uns pensam de uma maneira, outros de outra. Queria também felicitar o Município de Porto de Mós, pelo que viu num artigo do Portomosense, que é o mais amigo das famílias nas tarifas de água, ocupando o primeiro lugar no distrito de Leiria, num estudo da Associação das Famílias Numerosas. Também queria felicitar, e já foi aqui dito hoje, pelo 3º prémio de melhor *site* municipal do País, na categoria acessibilidade, navegabilidade e facilidade de utilização, na avaliação que foi feita aos 308 municípios do país. É de louvar. Tendo sido também o único do distrito de Leiria a ser nomeado para este prémio que foi atribuído pela Associação da Modernização, pela Universidade do Minho e por uma universidade dos Estados Unidos é de congratular o Município por este prémio. Disse ainda querer chamar a atenção para a emergência climática, que muito tem vindo a ser discutida na comunicação social. É importante que cada um, e particularmente o Município, desenvolva políticas com essa visão, e particularmente, cada um possa contribuir também nesse sentido. Disse depois que queria fazer uma pergunta à senhora Vereadora da Educação, dizendo que este é o segundo ano em que foram implementadas as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bolsas de estudo. A sua pergunta é no sentido de saber se o número de bolsas se manteve ou se houve acréscimo ou decréscimo.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, deixando também um cumprimento publico à recém-eleita Deputada da Republica, Olga Silvestre, que certamente defenderá as causas de Porto de Mós, de uma forma mais direta, desejando-lhe um ótimo trabalho. Disse depois que não estava para falar sobre as notas que foram dadas pelos grupos municipais à atuação do executivo, no jornal, mas o senhor Telmo Conceição também falou disso, exprimindo a sua opinião e ainda bem que o faz aqui de uma forma ativa. Assim, disse que deixaria aqui duas ou três notas relativas à posição do Partido Socialista, quanto ao trabalho desenvolvido durante os últimos dois anos. Estando a mais de metade do mandato já havia a obrigação de se ter traçado uma linha estrutural, estratégica, bem definida, que politicamente está bem assumida pelo executivo, direcionada para o turismo, concordando com algumas coisas, mas nem todas, e achando que fica um pouco aquém das expetativas. Continuou dizendo que tiveram doze anos para se preparar, doze anos de uma forma muito ativa nas sessões desta Assembleia, e ao fim destes dois anos e pouco parece-lhe que foi "*muita parra e pouca uva*". Quanto às obras públicas, disse que considera que foram dois anos perdidos. Relativamente a obras estruturantes o que se vê é o Fab Lab, com o qual se congratula, mas pessoalmente acha que se deu cabo de um Espaço Jovem, sendo talvez o sítio mais indicado para a localização desse laboratório a Central ou a própria zona industrial, pois se o Incubamós for para a frente, era um dos dois sítios onde deveria estar localizado e até poderia ganhar outras dimensões a curto/médio prazo. Deveria ter-se mantido aquele espaço direcionado para os jovens. A perspetiva de um Fab Lab crescer junto do tecido empresarial, podia tomar outras proporções, esclarecendo que se trata de uma opinião pessoal, partilhada por elementos da sua bancada. Os projetos relevantes não têm aparecido de forma a acolher os fundos comunitários, que foi aquilo que durante muitos anos aconteceu, chegando muitos milhares de euros para o desenvolvimento estruturado do concelho. Continua-se a falar de que os projetos estão aí, sempre a figurar nos orçamentos, mas vendo a prestação de contas, nem sempre isso acontece. A ALE, um tema tão debatido, avançou a bom ritmo a compra dos terrenos, congratulando-se por isso, mas nunca foi impeditivo de avançar com o Plano de Pormenor antes de se concluir o estudo de impacto ambiental. Mais de dois anos em que se poderia ter ganho algum tempo, não sabendo se neste momento não se perderam as oportunidades para captação de empresas, uma vez que, à medida que o tempo vai passando, existem outras alternativas. Deixou um alerta. Na futura ALE, as grandes empresas que estão instaladas na zona industrial, se duplicarem, como algumas querem fazer, tem que se começar a pensar em projetar uma nova fase, o que já deveria ter sido feito. Quanto ao saneamento básico, disse que em Mira de Aire, deram continuidade ao bom trabalho e investimento do anterior

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executivo, perguntando se foi abandonada a perspectiva de concretização da 3ª fase, não se vislumbrando que isso venha a figurar nos próximos orçamentos. Têm acontecido consecutivas revisões orçamentais, o que não era hábito, com transferências de despesas de capital para a despesa corrente, deixando esse dinheiro de estar disponível para investimento e passando a suprir a despesa corrente. Quanto ao Gabinete de Apoio às Freguesias, que foi uma bandeira eleitoral do presente executivo, mas também do Partido Socialista que a continua a defender, era uma prioridade máxima, porque o relacionamento com os senhores Presidentes de Junta que é promovido e muito bem, pelo executivo, carece de um maior apoio técnico de forma a que as necessidades das freguesias sejam satisfeitas com mais celeridade. Salientou ainda que os membros do executivo sem pelouro acabam por ter pouca informação do que acontece. Disse ainda que, a avaliação do mandato pelo jornal o *Portomosense*, foi importante, sendo também uma oportunidade de os grupos municipais darem a sua opinião sobre o trabalho desenvolvido pelo executivo. No que se refere à cultura, disse que as notas da sua bancada foram positivas e negativas. Na cultura há algumas sedimentações de projetos que já vinham detrás, esperando que se continue a apostar neles. Para além disso, os eventos têm sido populares, muito dispendiosos, com falta de critério na quantidade e qualidade, dizendo não perceber que mais-valias crescem para a cultura do concelho. É discutível, e na sua opinião, disse, o que passa para a sociedade civil das festas e festarolas foi um exagero. São opiniões divergentes, mas são opções políticas que têm de ser assumidas por quem as toma, neste caso, o executivo. Quanto ao ambiente, disse ser necessário uma política global ambiciosa. Mas é nas escolas, logo a partir do ensino básico que se devem implementar projetos de forma a que se consigam atingir resultados, para que a curto/médio prazo, se consiga alcançar uma educação ambiental. Deixou aqui os parabéns à freguesia de Alqueidão da Serra pelo projeto "O Borrão" que tem em vista a reutilização das cápsulas de café, e com isso também a ocupação da 3ª idade ao fazerem a sua triagem. Relativamente ao Turismo e divulgação, disse ser uma grande aposta do executivo, com largos milhões investidos nisso. Se não fossem, aquilo que a sua bancada acha, os gastos exagerados nesse investimento, concordaria na sua maioria com esse tipo de política. Tem sido feito um bom trabalho de divulgação e uma boa prova disso é o lançamento do livro, coisa com se congratula. No entanto salienta que esse investimento na divulgação, não pode pôr em causa a satisfação de necessidades básicas para o concelho. Perguntou depois o valor do projeto do Miradouro da Corredoura, dizendo que lhe faz alguma confusão a aplicação de alguns dinheiros de uma forma tão fácil. À educação deixou uma nota positiva, envolvendo a questão do IEJ, realçando o excelente trabalho que foi feito e a dedicação em garantir a continuidade daquela escola que é uma mais-valia para o concelho de Porto de Mós. Em termos do resto do investimento, disse que foram pintadas umas escolas, uns arranjos que vão sendo feitos, não lhe parecendo de todo que a aposta grande, como foi feita nos últimos anos, com o investimento de milhões até com a concretização de dois centros escolares de excelência, seja uma prioridade. Mas são opções

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

políticas que respeita, mas com as quais não se identifica, por considerar que a educação deveria ser a grande prioridade. Acrescentou ainda não ter a certeza se foi uma mais-valia o município deixar os transportes escolares. Disse ainda que não sabe até que ponto os funcionários que estavam afetos a esse serviço, bem como o parque automóvel em que nos últimos anos foi feito um grande investimento, não fariam um acompanhamento dos alunos mais eficaz e com melhores condições ao nível do transporte. No que respeita ao desenvolvimento económico, disse que atrair novas empresas e dinamizar as zonas industriais é que não foi feito. Disse estar à espera da grande concretização da ALE. Em relação a Mira de Aire, disse que existe agora a grande reformulação da zona industrial, que continua estagnada, esperando que agora com a criação de serviços, se consiga dar ali uma dinâmica diferente. Quanto ao plano de intervenção no espaço rural, em relação às pedreiras de Codaçal, Cabeça Veada e Pé da Pedreira, também não denotam avanços significativos. Fixação de investimento ao nível de licenciamento das obras particulares, disse que muita gente se queixa relativamente ao *timing* do licenciamento, que continua moroso, deveria ser aproveitado. Sempre que há alguém disponível para investir no concelho, devia ser-lhe dada prioridade máxima ao nível do licenciamento, bem como a criação da empresa na hora, sendo que esse era o *top ten* que se deveria atingir, ser dos primeiros, alocando recursos para isso e analisar de forma mais célere os procedimentos, podendo essa ser uma forma de atratividade do investimento no concelho, bem como da fixação de população. No que se refere à loja social, disse que mesma foi fechada, dando o executivo a garantia da continuidade desse trabalho de apoio à população mais carenciada. Em termos de ação social, disse que foi criado o Vamós, perguntando se estará previsto chegar aos lugares mais distantes do concelho e com mais necessidades. Referiu-se depois à unidade móvel de saúde, perguntando por onde é que ela anda. Passou depois a referir aos problemas de segurança e ordem pública, dizendo estar disponível para exigir, como se fez na saúde e na educação, um maior acompanhamento em relação à segurança do próprio concelho, podendo começar por Mira de Aire que é onde se sente uma necessidade mais imediata. Terminando disse que este é um balanço facilmente perceptível para todos e ainda bem que foi feito pois é uma forma de se expressar explicando que com alguma opções está de acordo, e outras não. Centro Escolar de Pedreiras, disse que alguns encarregados de educação têm manifestado o seu desagrado, relativamente às refeições confeccionadas em Porto de Mós e transportadas para lá. O Partido Socialista considera que foi dado um passo atrás, já que foram criadas condições de excelência ao nível da cozinha, devendo ser lá que as refeições deveriam ser confeccionadas e servidas na hora, garantindo assim a sua máxima qualidade. Deixou a pergunta ao executivo, se este não está disposto a reverter o que o PS acha que foi um erro, e exigindo à empresa que faça as refeições na hora naquele local de excelência.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente, dando

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também as boas vindas à nova deputada municipal, Liliانا Pereira, perguntando depois à senhora Presidente se já tem a informação de quem substituirá o ex-deputado municipal Rui Neves, na liderança do Grupo Municipal do Partido Socialista, tendo ela respondido que não.-----

-----Depois, relativamente à explanação feita por David Salgueiro, disse que este fez aqui, e muito bem, um resumo geral do mandato, tendo este período de antes da ordem do dia, esta grande vantagem, de permitir que os membros da Assembleia possam questionar tudo. Disse ainda que falou relativamente à linha estrutural e estratégica deste executivo, dizendo que isso ficou bem definido quando o executivo assumiu funções, dizendo que tem um programa, tem um compromisso com os portomosenses, sendo fundamental o cumprimento do mesmo. Referindo-se ainda à questão dos fundos comunitários, afirmou que não se tem aproveitado tudo o que se pode. Disse que talvez se pudesse ter aproveitado bem mais, indo alguns deles terminar, ficando um pouco aquém, e reféns de algumas verbas que se poderiam ter aproveitado, exemplificando com a questão do saneamento, porque o tempo passou e não se avançou quando se devia tê-lo feito. Referiu-se às revisões orçamentais dizendo que estava disposto a quantificar as revisões que foram feitas no último mandato, dizendo que duvida que este executivo tenha feito tantas, estando muito aquém das que foram feitas pelo anterior executivo. No que se refere à cultura, disse que tem estado um pouco desatento, e que os seus comentários não estão em linha com o que se reflete lá fora e a todos os comentários que se ouvem na praça pública. Tem sido dada continuidade aos bons projetos que vinham do executivo anterior, mas existem muitos outros que merecem reconhecimento. Com toda a análise que foi aqui feita, e ainda traçou aqui muitos elogios, a avaliação que foi feita para o jornal, dava uma nota bem mais positiva. Em relação à Central, disse, a propósito da intervenção de Joaquim Santiago, que se trata de uma obra de vulto, que está em curso e como todas as grandes obras, no início, é muito difícil ver-se trabalho. Naquele projeto da Central está contemplado algum arranjo exterior, mas, disse, pessoalmente, gostaria de ver um projeto de toda aquela zona envolvente, que desse mais dignidade a toda aquela entrada da vila. Por fim, disse que queria dar os parabéns ao executivo pela avaliação bastante positiva que lhe foi atribuída pela Ordem dos Contabilistas certificados bem como pelo prémio atribuído ao *sife* do Município. Terminando, parabenizou Olga Silvestre pela sua eleição para Deputada da República, desejando-lhe as melhores felicidades nas suas novas funções.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder aos anteriores intervenientes.-----

-----Respondendo a **Joaquim Santiago Virgílio Alves**, disse que o passeio na Rua Comendador João Coelho da Silva, foi feito tendo de acautelar a entrada das pessoas nas suas casas, e essa é a razão por que nalguns sítios, tem efetivamente esse declive. Deve dizer também, que dois meses antes de se iniciar a obra, ou seja, no momento em que foi feita a adjudicação, foi enviado, quer para a Altice, quer para a EDP, o pedido de remoção dos postes. Recentemente, ele próprio enviou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um e-mail para a operadora de comunicações, a dizer que ou eles vinham tirar os postes, ou a Câmara substituir-se-lhe-ia nesses trabalhos. Continuou dizendo que essas entidades não passam confiança nenhuma nem à Câmara nem às Juntas de Freguesia para instalação dos postes. Na última Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, levantou essa questão, tendo depois a Câmara questionado a operadora, que respondeu que colocou os postes onde os podia pôr. Foi a resposta dada. Em relação à Central Termoelétrica, a obra está a avançar, não obstante ter tido uma interrupção de quase duas semanas. Trata-se de um trabalho muito específico, de micro estacas, e tendo chovido muito, o empreiteiro de acordo com a empresa de fiscalização, entenderam, que seria mais seguro parar com aquele trabalho. Neste momento já estão a prosseguir com esse trabalho que era aquele que a anterior empresa deveria ter feito e que não o quis fazer, e que levou a que a Câmara tivesse que rescindir o contrato com eles. Portanto, a Central está a andar no ritmo previsto. Relativamente ao hotel, disse saber que o projeto já foi entregue nos serviços da Câmara. No que se refere à marcação da estrada disse que não está prevista neste momento, tendo tomado nota desse assunto. Acrescentou ainda que em todas as zonas em que se constatou que o nevoeiro era impeditivo de haver uma circulação segura, essas estradas foram pintadas.-----

-----Quanto às palavras de **Mário Cruz**, disse que, por vezes há estes comentários, legítimos, de que não se consegue aceder com facilidade ao site do município, mas o que é facto é que foi recebido o prémio de acessibilidade, navegabilidade e facilidade de utilização. A avaliação foi feita de finais de 2018 até maio de 2019, pela Universidade do Minho, em conjunto com a AMA (Agencia da Modernização Administrativa) e a Universidade das Nações Unidas. Referiu-se depois à questão colocada sobre as avenças mencionadas no site, referindo que há mais três, que têm a ver com o projeto do PSIE, sobre o insucesso escolar, que é participado, num projeto global com a Comunidade Intermunicipal, e que pressupõe esses tais três contratados, durante o tempo do projeto. Relativamente à GNR, e aqui poderia responder também já ao deputado **David Salgueiro**, dizendo que naturalmente, quando há obra para fazer, há despesa. Agora, não se irá fazer o que no passado alguém fez, deitando abaixo o que o anterior executivo fez para fazer de novo, justificando assim, que há obra. Disse que gosta das obras que foram feitas, mas que não lhe peçam para estar a investir em mais obras nos Postos da GNR, porque não faz sentido, porque eles estão muitíssimo bem instalados. O que vai ser feito, é protocolar, no espaço de alguns dias, a entrega de dois computadores à GNR, que foi o que eles pediram. Mas sabe que isso não resolve. A GNR hoje, tem uma filosofia diferente, tem muito trabalho gratificado e tem muito pouco trabalho de vigilância, sendo esse um problema que o município tem muita dificuldade em resolver. O que se tem feito é tentar que o próprio Comando Distrital tenha uma sensibilidade diferente. Em 2018, colocou nos Postos de Porto de Mós e de Mira de Aire o total do efetivo previsto. Neste momento, vê-se pouca GNR na rua e há muita solicitação. A Batalha tem menos efetivos e sempre que é necessário lá vão os efetivos de Porto de Mós para a Batalha. Trata-se de uma questão de gestão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tendo o município sentido dificuldade em se articular com a GNR. Disse depois referindo-se a Olga Silvestre, que queria agradecer-lhe o reconhecimento e as suas simpáticas palavras. Queria ainda dizer-lhe que as bolsas de estudo aumentaram, como aumentou também o valor necessário, porque são mais aqueles que estão no 1º escalão. Nesta conformidade, houve aqui um aumento de apoio a pessoas que têm menores rendimentos. Manifestou a sua satisfação por estar a contribuir para que pessoas, socialmente, com mais dificuldades, possam concluir os seus estudos. Esta ajuda é reconhecida por todos, mesmo daqueles que menos recebem sendo que este é um daqueles apoios que vale a pena dar sabendo que tem efetivamente retorno por parte das famílias.-----

-----A **David Salgueiro**, disse que a linha estrutural e a estratégia está definida. Continuou dizendo que este executivo disse desde o início, para além de querer pôr Porto de Mós no mapa, que queria melhor qualidade de vida e melhor qualidade de vida, pressupõe uma série de coisas que não foram feitas, e uma delas foi saneamento. De saneamento básico, foi feito pouco. Quem fez o saneamento básico de Mira de Aire, foi este executivo. Mérito para quem lançou o projeto e a candidatura. Continuou dizendo que ainda ontem estive no PLSEUR, exatamente à procura de condições, para poder ser lançado um aviso específico para Mira de Aire e estive em conjunto com o vice-presidente da APA, Engº Pimenta Machado, a falar com a Drª Helena Pimenta, que é a Presidente, no sentido de se poder vir a ter um aviso específico para Mira de Aire, tendo-lhe ela dito que não conseguia perceber, como é que o anterior executivo de Porto de Mós, que foi tão avisado, que iam acabar os apoios específicos só para um município, em termos de POSEUR, não candidatou esse projeto. Há três anos fecharam os apoios para candidaturas individualizadas. Agora, só agregadas. E ele, afirmou, enquanto Presidente da Câmara, não irá entregar a exploração de água nem a exploração de saneamento, a ninguém. Poder-se-á agregar eventualmente com outros municípios, mas entregar exploração está fora de questão. Assim se se quer efetivamente tornar o município num município de século XXI, um município sustentável, porque o saneamento também é uma parte importante da sustentabilidade, terá que se investir em saneamento, porque se perderam demasiados anos. Aliás, o saneamento da Cumeira, da Cruz da Légua, da Moitalina, que serve mil casas, vai ser feito, porque é fundamental para o futuro do concelho de Porto de Mós, é fundamental para que se possa continuar a receber fundos comunitários e não ter de os devolver, e é sobretudo fundamental para aquela população. Disse ainda que está a ser feito saneamento nos Colos e na Rua do Norte. Foi feita uma rua no Alqueidão da Serra e está a ser feita outra. Foi feito o Bairro de S. Miguel, Azenhas, Boieira. Está a ser feita a Várzea. Pasmem-se, foi feito o Parque Verde e não foi feito saneamento no D' Café, disse. Os prédios do Lar Académico não tinham saneamento, esgotavam para o rio. Custava duzentos mil euros, mas está a ser feito, porque era preciso ser feito. Em relação a Fundos Comunitários, disse que se está em final de Quadro Comunitário e assim, há duas soluções: é continuar a aproveitar os projetos que estavam candidatados, independentemente da estratégia, é fazer algumas reprogramações e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tentar ir buscar mais dinheiro, que é o que tem vindo a ser feito, e é tentar ir ao *overbooking*, que é o que está a ser feito. Mas o dinheiro da União Europeia é mapeado no início. Provavelmente o mapeamento para o próximo quadro comunitário, será daqui a um ano. Relativamente à ALE de Porto de Mós, disse que se continua a falar sobre a ALE, mas que tem uma coisa interessante para mostrar. Exibindo um documento disse que *"este ofício, enviado pelo Município de Porto de Mós, não está registado na Câmara."* Continuou dizendo que quem lho deu, foi a APA, Agência Portuguesa do Ambiente, e diz, na altura em que foi aprovada a candidatura condicionada, que *"o Município de Porto de Mós obriga-se a fazer uma avaliação de impacto ambiental"*. E o que é que o anterior executivo fez, perguntou. Escondeu isto na gaveta, até sonegou este ofício, e andou a dizer que estava aprovado. Efetivamente estava aprovado, mas estava condicionado, e está. Portanto não venham agora dizer que este executivo é que está a empurrar com a barriga. Continuou dizendo que o que tem vindo a ser feito é comprar os terrenos, pois estavam zero comprados, tendo sido entretanto concluído o Plano de Pormenor, que estava iniciado. Depois de concluído o Plano de Pormenor é que se pode avançar com a avaliação de impacto ambiental. Só que tem que ser entregue uma DIA (Declaração de Impacto Ambiental) e ela pressupõe projeto, que está a correr e há-de ser entregue ainda este mês. Depois disso, há uma reunião de concertação de impacto ambiental, em Coimbra e a seguir vai tentar-se andar com as coisas em simultâneo para lançar o concurso. No que se refere às alterações orçamentais, disse ser surreal o que foi dito. O Gabinete de Apoio à Freguesias foi criado por este executivo e funciona. Não faz sentido estar a criar-se um gabinete com pessoas para estarem à espera. Mas o que não se consegue é que as equipas do alcatrão vão a todos os lados quando os Presidentes de Junta querem. Todos os meses há reuniões com os senhores Presidentes de Junta, para os ouvir e para planificar. Sobre a cultura, disse que a sedimentação dos projetos é uma das coisas boas, que quem está no lugar de Presidente da Câmara deve fazer para dar continuidade às coisas boas que tenham vindo a ser feitas, coisa que nem sempre aconteceu. Disse ainda que o Natal era uma época triste em Porto de Mós. Hoje há um projeto para o Natal e para as crianças. A Semana Santa já é uma referência, não existindo antes. O Musica em Leiria, tinha sido abandonado, e foi retomado com o sucesso que se reconhece. Acrescentou ainda que alguns dos senhores deputados não vão aos eventos do município, mas valia a pena que fossem, porque eles são merecedores do reconhecimento de muita gente de fora do concelho. Dirigindo-se a David Salgueiro, disse ainda que se gasta muito menos dinheiro, podendo prová-lo. Continuou dizendo acerca do Ambiente, que em 2017, foi inscrita a ecovia para uma ligação de Porto de Mós à zona industrial no âmbito do PAMUS (Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável). Foi feita uma reformulação ao projeto, até porque Leiria está a coordenar um projeto de grande amplitude, que começa na nascente do Rio Lena e termina na Vieira de Leiria, em mobilidade suave, portanto uma ecovia sustentável, com ciclovia, ao longo do rio. Para além disso, o município candidatou ao PAMUS, uma pista de ligação de Alcaria e Alvados, que faz a coesão daqueles dois territórios. Está

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também em projeto a candidatura da ligação de Porto de Mós à Fonte dos Marcos. Estão mais dois projetos em curso, que não estando contemplados no PAMUS, querem ter o projeto apesar de não estarem candidatados para avançar com eles num futuro próximo. O saneamento está em curso, sendo uma preocupação de todos. Um investimento muito grande na melhoria e qualidade da água, na redução de perdas e também na questão da qualidade do ar, tendo sido assinado recentemente um protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente, no sentido de se passar a monitorizar e também dinamizar um conjunto de ações que começa nas escolas primárias, transversal a toda a sociedade, para melhoria da qualidade do ar. O projeto pedagógico cujo desafio foi feito às escolas é sustentabilidade ambiental e está em curso. Para além disso, existe um projeto conjunto com a Valorlis, com as Águas do Centro Litoral, de educação ambiental permanente, junto das crianças. Relativamente ao Turismo, a sua divulgação é normal, sem gastos exagerados, ao contrário do que diz David Salgueiro, acrescentando ainda não saber qual é o seu conceito de gastos exagerados, e de que já não é a primeira vez que fala de gastos exagerados em projetos. Continuou dizendo que tem aqui trezentos e oitenta e quatro mil euros entregues a uma empresa que se chama Inplenitus, referindo-se ao projeto da Central Termoeletrica. No que se refere à educação, disse que pela primeira vez aconteceu um plano estratégico para a educação que não começa e acaba com o ano letivo, sendo um projeto evolutivo que está a ser desenvolvido e que vai continuar a sê-lo. Quanto aos transportes, disse achar piada, porque o anterior executivo, mandou para a CIM, e veio a esta Assembleia Municipal, uma transferência de responsabilidade dos transportes para a Comunidade Intermunicipal. E bem! Porque se passa a ter um concurso, que será lançado no próximo ano, que vai envolver todas as carreiras públicas da região de Leiria. O anterior executivo fê-lo e este executivo só tinha duas soluções, ou dava continuidade ao projeto a dez (municípios) ou então rasgava-se o acordo e continuava-se isoladamente o caminho anterior, tendo entendido a bondade do projeto, e de que o município deveria fazer parte de uma solução sustentável. Este projeto vai avançar, tendo a CIM contratado a empresa Servulo para fazer o trabalho administrativo, e tendo já enviado para a Autoridade Nacional Rodoviária os documentos para análise, pois o que se pretende é que em 2020 este projeto seja implementado na região de Leiria. O anterior executivo remeteu para a CIM, como suficiente e bastante, a rede para o concelho de Porto de Mós igual à rede de transportes escolares. Disse achar que é muito pouco. Assim, por achar que era pouco, foi negociado mais. Provavelmente os custos são maiores, mas o objetivo aqui é servir. Servir bem a população, poder ter o concelho ligado e reunir condições para que as pessoas comecem a ganhar hábitos de transportes públicos que vai ao encontro, exatamente da questão da descarbonização e da sustentabilidade. O que existe, são cinco carreiras de transportes públicos, que vão funcionar o ano todo, independentemente de haver escola ou não, e que liga Mira de Aire a Porto de Mós, S. Bento a Porto de Mós, Cabeça Veada/Mendiga a Porto de Mós, Juncal a Porto de Mós e Calvaria a Porto de Mós, e o seu contrário, naturalmente. Existe ainda o Vamós, que vai ter horário e dinâmica

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diferente, tendo sempre de nos lembrar, não valendo a pena fazer demagogia com isto, que o Vamós foi uma linha autorizada para transporte urbano, e portanto, tudo o que não é urbano, é carreira pública. Disse depois que, este executivo, é criticado por fazer, porque se não fizesse, não era criticado, porque era igual, mas porque acha que deve ter muito mais ambição para o concelho, arrisca a fazer. No que diz respeito ao Plano de Pormenor para a Zona Industrial de Mira de Aire, disse que se decidiu alterar uma coisa que aparentemente era impossível de se fazer, mas foi feita. Está na fase final e os lotes estão disponíveis para poderem ser vendidos para qualquer tipo de empresa e não apenas para indústria como o Plano de Pormenor previa. Acrescentou ainda que na última reunião foram comprados terrenos, que estavam incluídos em lotes já negociados e que nem sequer foram comprados. Continuando a responder a David Salgueiro, no que se refere aos PIER's (Planos de Intervenção em Espaço Rural), disse que o ponto de situação destes depende exclusivamente do ICNF. A Câmara Municipal de Porto de Mós, fez tudo o que tinha a fazer em janeiro deste ano. O PIER de Cabeça Veada está concluído. O senhor Secretário de Estado entende que a publicação para consulta pública tem que ser de todos, não podendo ser apenas de um, pelo que se continua à espera. Relativamente à fixação de investimento e aos projetos entregues na Câmara para licenciamento, disse que, se os projetos forem entregues em condições, garante que em trinta dias são aprovados. Isso tem acontecido, ao contrário do que acontecia quando chegou à Câmara. Quanto à unidade móvel de saúde, disse que está adquirida, tendo havido um problema de atraso por parte do fornecedor, estando neste momento a situação superada, e impendendo sobre o mesmo as coimas referentes ao atraso na entrega, dado que se trata de um projeto objeto de candidatura. No campo da Saúde, disse que foi adquirida uma cadeira de dentista, a ARS já se disponibilizou para contratar um dentista privado, para que o Centro de Saúde de Porto de Mós possa servir o universo de utentes do concelho. Acerca do Fab Lab disse que está bem instalado e que tem muito mais utentes do que tinha o Espaço Jovem. Continua a ter os jovens, e passou a ter também os jovens que agora criam. Disse ainda que foi adquirido um novo equipamento que vai, provavelmente envolver todas as freguesias, para receber plástico. Esse plástico é transformado nesse equipamento em matéria-prima, quer para a impressora laser, quer para a CNC.-----

-----A **Gabriel Vala** disse que a Central Termoelétrica, de facto, tem uma empresa de fiscalização externa, que está a acompanhar a obra, fazendo relatórios semanais, sendo que o que está definido são reuniões trimestrais com o executivo ou sempre que haja necessidade. Disse ainda que foi encomendado um estudo em toda a envolvente àquela zona, não garantindo que se faça com muita facilidade porque está lá instalado um conjunto de entropias. Mas a envolvente da Central e das Piscinas, será estudada e projetada para futuro, de uma forma diferente daquilo que tem sido feito. Irá também ser feita uma intervenção nas Docas, cujo espaço está completamente deteriorado. Será também feita uma intervenção ao nível do piso do Parque Verde, tendo o mesmo já sido adjudicado. O Parque Verde, neste momento não reúne condições, nem de inverno, nem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de verão, para as pessoas usufruírem dele. Há uma solução que não é barata, mas servirá os cidadãos e que se chama *terraway*. Trata-se de uma solução que é porosa, não impermeabilizando o solo, parecendo-lhe adequada, sendo que no verão o Parque Verde estará transitável, inclusive, a pessoas com mobilidade reduzida.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:-----

-----Usando da palavra a senhora Presidente da Assembleia dirigiu-se à bancada do Partido Socialista, pedindo que, na sequência da renúncia ao mandato de Rui Neves, que fosse indicado por escrito quem seria o líder de bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista.-----

-----Felicitou depois o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso pelo evento *Festival do Galo*, que já tem âmbito internacional. Referiu-se depois à sua presença em diversos acontecimentos, em representação da Assembleia Municipal, nomeadamente no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde o tema era "Regionalizar, Descentralizar melhor Portugal".-----

-----Referiu-se ainda à correspondência recebida no hiato de tempo que medeia esta e a anterior sessão da Assembleia Municipal. Deu ainda nota de que a Universidade Sénior foi convidada para ir cantar as Janeiras à Assembleia da República, congratulando-se com isso.-----

-----Continuou dizendo que foi feita a reunião com os líderes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia, tendo estado presentes também alguns Presidentes de Junta, com o ponto único: *Requalificação e ampliação da Escola Secundária de Porto de Mós*". Dessa reunião foi lavrada uma ata, tendo sido deliberado por unanimidade, o seguinte:-----

-----"1. Perceber quais os critérios que estiveram na base para classificação da escola como não prioritária;-----

-----2. Após o que, pugnar por colocar a escola secundária como prioritária no mapeamento;--

-----3. Realizar um estudo/projeto fundamentado com intervenção de todos os eleitos da Assembleia Municipal que fundamente a necessidade de realização da pretendida obra, dada a sua relevância para a comunidade escolar e para toda a comunidade do nosso concelho, após o que, submeterá a apreciação da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, no sentido de pressionar o Governo da República a requalificar e ampliar a Escola Secundária de Porto de Mós."--

-----Ficou de trabalhar este ponto, uma vez que tinha dados para isso, a senhora Vereadora com o pelouro da Educação. Será depois convocada nova reunião para se debruçarem sobre os pontos reunidos pela senhora Vereadora.-----

-----Terminou dizendo que gostaria, em nome da Assembleia Municipal de cumprimentar a deputada municipal Olga Silvestre, pela sua eleição para a Assembleia da República, desejando-lhe um bom trabalho e as maiores felicidades, que considera muito importante para o concelho.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----2. Documentos Previsionais para o quadriénio 2020-2021:-----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse que há pouco não respondeu a uma questão do senhor deputado David Salgueiro e não queria deixar de o fazer. Passou então a referir que a cozinha do Centro Escolar de Pedreiras foi descontinuada com o acordo deste executivo. A empresa sugeriu essa situação, garantindo a boa prestação de serviço das refeições. Disse ainda que queria dizer que a qualidade das refeições tem sido posta em causa, mas tem sido muito mais posta em causa a situação de não se confeccionarem lá as refeições. Já reuniu com a Associação que presta o serviço, com a nutricionista que acompanha o serviço e também a nutricionista de uma outra instituição que também presta serviço de refeições a alunos do concelho de Porto de Mós e as refeições estão em linha de qualidade com o que se exige. A nutricionista, depois da última reunião, tem lá ido almoçar todos os dias para avaliar *in loco* a qualidade da comida. Existe um protocolo assinado que irá até final do ano letivo. No próximo ano letivo, esta situação será reconsiderada, se não for devidamente acautelada pela entidade que presta o serviço. Este é um assunto que tem sido acompanhado com muito cuidado, em nome do superior interesse das crianças, e no momento em que a qualidade da comida ficar posta em causa, a Câmara tem mecanismos para a rescisão do contrato e para encontrar outras soluções. O objetivo primeiro é garantir o bem-estar as crianças e satisfazer esse bem-estar sem qualquer tipo de dúvida. Ainda relativamente à educação, disse que infelizmente, a Escola Secundária de Porto de Mós, aos olhos do Governo, continua a ser uma boa escola. Disse que está de posse de um *dossier* que lhe foi fornecido pelo Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, com um conjunto de imagens, que dizem bem do estado da escola: com rachas, com infiltrações, com bacias para recolher a água que cai do teto, com fissuras por onde passa o frio, e em termos de escola pública, nunca nos podemos esquecer que estamos a competir com Alcobaça e Batalha, que têm duas escolas de excelência, aqui ao lado. Referiu ainda que, se houver um *feedback* positivo por parte do Secretário de Estado, avançar-se-á de imediato, com o projeto que já está contemplado, embora com financiamento não definido, para se tentar obter fundos comunitários para avançar com esta obra bem como com a escola Dr. Manuel Perpétua.-----

-----Passou depois a fazer uma breve apresentação do orçamento, dizendo que foi decidido fazer um orçamento com base na efetiva receita prevista. Disse ainda que tem conhecimento de alguns congéneres que têm orçamentos empolados em cinco ou seis milhões de euros, muito por força de expectativas de receitas de fundos comunitários. Este executivo também tem projetos a que se candidataram, como é normal, até porque o município de Porto de Mós, tem boa execução e tem condições financeiras para o fazer. Mas o que entende é que se os projetos não estão aprovados, não devem ser contemplados no orçamento. Devem ser abertas as rubricas, existem estimativas de custos para aqueles projetos e deve ser criada a expectativa de que vão ser feitos, financiados com fundos comunitários. Se os fundos comunitários vierem, esses projetos são priorizados para avançar, e se não vierem, alguns terão de andar a outra velocidade. Os projetos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PAMUS, da mobilidade suave, têm ambos condições para serem aprovados. Alguns dos seus colegas Presidentes de Câmara, já inscreveram da parte da receita, os valores. Este executivo preferiu não o fazer, à cautela, entendendo que o orçamento é um instrumento que deve ser o mais transparente possível, e foi desta forma que foi construído. Há um conjunto de outras obras que estão sustentadas no saldo de gerência, que sabe que rondará o valor necessário para as satisfazer, e há duas obras que estão dependentes, em termos de ritmo, de financiamento. Disse achar que para poder fazer rapidamente, não se pode por em causa uma parte importante dos investimentos que estão a ser feitos no resto do concelho, pois são investimentos muito grandes. O saneamento da Cumeira tem um custo avaliado de quatro milhões de euros, não tem financiamento, mas considera justo fazer-se este investimento e faz-se de forma consciente. Continuou dizendo que, em 2017, quando este executivo chegou à Câmara tinha de dívida, quatro milhões, setecentos e setenta e sete mil, quatrocentos e trinta e dois euros, a 31 de Outubro. E havia de depósitos, quatro milhões setecentos e trinta e seis, dos quais, depois, até final do ano, tiveram que feitos pagamentos, ficando com cerca de dois milhões. A 31 de outubro de 2019, o município de Porto de Mós, tinha de dívidas, quatro milhões setecentos e sessenta e sete. O município de Porto de Mós deve neste momento, de dívida global, entre médio e longo prazo e curto prazo, dois milhões seiscentos e trinta, o que significa menos dois milhões cento e trinta e sete. E tem de tesouraria, cinco milhões quinhentos e oitenta e nove. Assim, como devem calcular, não se anda a esbanjar o dinheiro. Estão a criar-se condições para se poderem fazer investimentos sérios, naquilo que é mais importante para o futuro da população. E o que é mais importante é concluir o saneamento básico e fazer avançar rapidamente a Área de Localização Empresarial em Porto de Mós. Reforçou ainda que em dois anos, a dívida reduziu mais de dois milhões de euros e o saldo bancário cresceu cerca de um milhão de euros. Assim, disse que se está em condições de, num investimento global de 7,5 milhões de euros, para a ALE de Porto de Mós e o saneamento da Cumeira ser feito de uma vez, podendo eventualmente ir buscar à banca, para dois anos, cerca de 3,5 milhões de euros, destinados exclusivamente a estas duas obras. Irá ser feito um compromisso contratual, na proposta que se vier a fazer, esperando que seja em fevereiro que virá a esta Assembleia, no sentido de se avançar com este empréstimo. Se não for assim, a ALE de Porto de Mós vai avançar ao mesmo ritmo, não podendo é assumir o compromisso com o saneamento. A situação financeira do Município de Porto de Mós, está substancialmente melhor do que estava em 2017, pese embora se diga que havia aqui milagres de gestão, porque se tem feito uma gestão muito rigorosa e cuidada quer nos gastos, quer na sustentabilidade. Por isso, decidiu-se que seria fundamental avançar-se para estes dois projetos, o mais rapidamente possível, até porque o município de Porto de Mós, tem compromissos assumidos. Quando assinou um contrato para o saneamento de Mira de Aire, se não atingir determinada meta até final de 2021, sujeita-se a ter de devolver os fundos comunitários que recebeu. E esse é um problema, porque não se fez o que se deveria ter feito e vai ter que se devolver dinheiro que já se recebeu. Para obviar esta situação tem de se avançar rapidamente. O

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

projeto está praticamente concluído, estando também a avançar com as consultas para o financiamento, para depois ser presente a reunião de Câmara e Assembleia Municipal para os senhores deputados dizerem de sua justiça relativamente a esta estratégia do executivo. Continuou dizendo que nunca o município de Porto de Mós esteve em tão boas condições para fazer um financiamento e se se quiser avançar com as coisas, terá que, necessariamente seguir esse caminho. Nunca se pode esquecer que neste bolo todo, existe uma *décalage* de cerca de um milhão de euros com a Central Termoelétrica. A Central Termoelétrica foi adjudicada ao anterior empreiteiro por um milhão novecentos e noventa e cinco mil euros e 85% de financiamento, e neste momento a adjudicação que foi feita é da ordem de 2,6 milhões. Esta diferença de quase um milhão de euros vai ter de ser suportada pelos cofres da Câmara. Referiu que estes projetos, a Central, o saneamento e a ALE e ainda a questão do turismo que está a ser implementado, estando a ser feita toda a parte da sinalética, existindo uma candidatura, representam cerca de 50% do investimento. Se se acomodasse aqui neste orçamento os tais 2,3 milhões de fundos comunitários expectáveis, sem que haja certezas de se conseguirem, teríamos um orçamento com cerca de seis milhões a mais, estando todos aqui a regozijar-nos com um orçamento muito vultuoso. Continuamos a ter uma passagem com algum significado de receita corrente para despesa de capital. Há algumas evoluções na despesa, tendo sido aumentados os subsídios para as Juntas de Freguesia, para os Bombeiros e também às Associações. Disse ainda que se continua a privilegiar o bom relacionamento com os Presidentes de Junta, e são eles que localmente vão percebendo aquilo que é mais importante e necessário, sendo a partir deles que se vai retirando de uma forma objetiva, aquilo que é prioritário para as populações podendo assim apoiá-los, quer nos projetos quer na sua concretização. O Orçamento para 2020 está assente nesta estratégia, sem esquecer o apoio de política social, de educação e de todas as outras áreas que já foram referidas, com investimentos com algum significado, que já começaram em 2018 e que vão continuar mais para a frente. Terminou dizendo que estava disponível para responder às perguntas que os membros da Assembleia entendessem por bem colocar-lhe.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):-**

-----Usando da palavra começou por dizer que já há anos que a bancada do PSD quis promover Porto de Mós como a Capital da Pedra e agora vê no orçamento uma rubrica aberta com a designação de Porto de Mós Capital do Turismo de Natureza, dizendo que não sabe se Porto de Mós está preparada para isso, sendo ainda que o motor económico do concelho é a pedra, pelo que para si faria muito mais sentido ser a Capital da Pedra.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):-**

-----Começando por agradecer os votos de felicitações que lhe foram dirigidos por David Salgueiro e Gabriel Vala, disse também que, relativamente à Escola Secundária de Porto de Mós o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PSD fez uma pergunta ao Governo procurando saber quais as escolas do País que têm amianto, e assim que obtiver essa resposta, e se lá constar a Escola Secundária de Porto de Mós, dará nota disso ao senhor Presidente da Câmara. *"Quanto às Grandes Opções do Plano, elas traçam o caminho e a estratégia política onde se vê plasmado o rumo a dar às políticas desenvolvidas por este Município. Falar do que se fez é falar de factos, falar do que se vai fazer é projetar o futuro. Nas GOP's o Município continua no rumo traçado e se colocarmos as GOP's ao lado do programa eleitoral, verificamos que as primeiras seguem rigorosamente o segundo. Constata-se a grande aposta deste executivo no caminho que iniciou no seu primeiro ano de mandato, no reforço na área social, no reforço na proteção civil, no reforço nas transferências de capital para as Juntas de Freguesia, na ALE, no saneamento, na cultura, no turismo e em outras bem elencadas nas GOP's. Quanto às obras, eu regozijo-me, senhor Presidente de Câmara e felicito-o por, finalmente, ir realizar o saneamento na Cumeira, Albergaria, Cruz da Léguas e Boieira, uma obra há tanto ambicionada pela população de Pedreiras e Juncal e uma obra sempre prometida nas campanhas eleitorais e sempre adiada. Finalmente com fim à vista. Agora está formalmente contemplada nas GOP's. Acredito que será para cumprir. Outra obra há vários anos prometida, sendo transferida para mais tarde, sem que tivesse existido vontade política para a fazer, é a recuperação da Casa dos Calados, uma obra da maior importância para aquela vila, do maior interesse para o concelho e uma mais-valia para a economia local. Quando estão à vista estas obras para realizar, quando se projetam outras, não descurando nunca as pessoas e as suas necessidades e ao mesmo tempo se mantêm as contas em superavit, só podemos concluir objetivamente, que está no caminho do sucesso. Disse."*-----

-----**Joaquim Virgílio Santiago Alves (PS):**-----

-----Depois de ter analisado o Orçamento para os investimentos a fazer no Juncal, referiu que o senhor Presidente disse que tem poupado muito dinheiro, concordando com isso porque na freguesia do Juncal não se tem feito nada. Disse depois que estão previstos cinquenta e cinco mil euros para a Rua dos Bombeiros e para substituição de condutas, cinquenta e cinco mil euros. Falou-se agora em amianto, e no Juncal, 80% das canalizações de água ainda estão em amianto. Quanto à célebre Casa dos Calados, referiu que o senhor Presidente disse que tem setecentos e cinquenta mil euros para essa intervenção, não sabendo concretamente em que a mesma consiste, porque se for para concretizar o projeto que está feito, tem sérias dúvidas que o consiga fazer. Disse ainda que é contra fazer-se o projeto existente, passando a explicar que o Juncal precisa urgentemente de estacionamento e uma obra dessa envergadura necessita de muitos estacionamentos e não apenas dos oito que estão previstos.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que para falar aqui do plano de atividades e do orçamento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

precisa de se servir aqui de alguns termos de comparação. Referiu que na página 13 do relatório se diz, se se atender a que a execução dos orçamentos tem sido mais ou menos idêntica nos mandatos anteriores e no atual, a percentagem do orçamento que tem sido em cada um dos executivos, desde 2015 até hoje, para despesas de capital, em 2015, 27% do orçamento, 2016, 29%, 2017, 35%, 2018, 33% e 2019, 35% e o que está contemplado para este ano são 32%. Portanto, a sua pergunta é se as festarolas são investimento. Passou depois a referir que a Câmara tem sido bem gerida, em termos de tesouraria, pedindo que se vejam as páginas 5, 13 e 6.13, para justificar aquilo que anda a dizer há anos, endividem-se. O município é uma empresa como outra qualquer, com uma diferença. Os resultados das empresas, ou são para aumentar capital ou são para distribuir pelos sócios. Aqui os sócios do município são os munícipes. Os resultados do município devem ser distribuídos pelos munícipes, prestando-lhes um melhor serviço. Pegando em dois exemplos, disse quanto à questão do saneamento, que o anterior Presidente da Câmara fez questão de dizer aqui que o saneamento teria que estar resolvido até 2015, porque daí para a frente já não haveria fundos comunitários, coisa que o atual Presidente também acabou de confirmar, de que já não havia financiamento comunitário para saneamento e água de forma individual, mas apenas de forma agregada, o que está fora de questão. Assim, o que temos aqui são quatro milhões de euros de saneamento para a Cumeira, a 100% de financiamento da Câmara. Outro exemplo, abastecimento de água a S. Bento, duzentos e cinquenta e cinco mil euros. Estes dois investimentos somam quatro milhões duzentos e cinquenta e cinco mil euros, não havendo fundos comunitários. Se estes investimentos tivessem sido feitos antes de 2015, a Câmara iria investir seiscentos trinta e nove mil euros, poupando três milhões e seiscentos mil euros nestes dois investimentos. A sua pergunta é, se estas obras tivessem sido feitas há dez anos atrás, as pessoas já estavam servidas, e o financiamento que tivesse que ser feito, já estava pago a esta altura. Ora isto, disse, não foi uma boa gestão económica desta "empresa", porque nem as pessoas foram servidas quando deviam ter sido, e a despesa que a Câmara vai ter dos capitais próprios, é seis vezes mais. Continuou dizendo que na página 6.13 há uma rubrica que diz "Remodelação da conduta elevatória do Tojal", havendo fundos comunitários a 85%, pelo que em trezentos mil euros, a Câmara vai lá gastar trinta e oito. Perguntou, quando o abastecimento de água a S. Bento tiver de ser substituído será que ainda haverá financiamento comunitário? Ou seja, tudo se processa em cadeia, não podendo ser dito que não se sabia que estes fundos iriam acabar. Terminou dizendo que isto quer dizer que o financiamento bancário não é tão mau como se quer fazer parecer, desde que a Câmara tenha condições para pagar. Três milhos e meio de euros que em que a Câmara prevê endividar-se, para pagar em quinze anos, vai pagar duzentos e quarenta mil euros por ano, o que num orçamento de vinte e um milhões não é nada. Finalmente, referiu que já teve oportunidade de dizer ao senhor Presidente pessoalmente, continuando a pensar o mesmo, dizendo que o saneamento em Porto de Mós não será no seu tempo que estará em 100%, porque estando em pleno século XXI ainda não há 100% da água. Disse ainda que se fosse Presidente da Câmara, poria toda a gente a pagar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saneamento e adquiriria um camião para esvaziar as fossas onde o saneamento não pudesse chegar. Mas essa é a sua opinião.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----No uso da palavra disse que passaria a tecer algumas considerações sobre o documento em apreço. Atendendo a que o orçamento é apenas um instrumento indicativo sendo que os valores podem ser alterados sem grandes problemas, mas o que o preocupa neste orçamento, é a extrema polarização do mesmo. Está aqui a criar-se basicamente, dois tipos de concelho diferentes, ou seja, há uma parte do concelho, com fortes investimentos em infraestruturas e outra parte do concelho, com forte investimento em turismo, onde, a sua maior falta é de infraestruturas para receber esse turismo. Falou-se aqui muito de ambiente e de água e da importância da mesma, e cada vez mais, com as alterações climáticas e sem tirar o mérito ao saneamento da Cumeira ou a qualquer tipo de saneamento, não se está a proteger o nosso maior bem. O nosso maior bem, que é o maior aquífero da país, não está a ser protegido. E as pessoas que estão lá, muitas delas estão a viver sem água. Gostaria de ver, não esta polarização, porque basicamente o que vê aqui são obras de *fait divers*, de certa forma, sem tirar mérito a qualquer uma delas, mas, se geograficamente, falando em números, uma vez que estamos a falar de orçamentos, se se colocar geograficamente a distribuição de fundos de investimento, esta distribuição é profundamente polarizada. Isto preocupa-o, estando num concelho que tem duas realidades: tem duas unidades de saúde a receber reestruturações e melhoramentos, com todo o mérito que elas merecem, e temos unidades de saúde que têm um médico, uma manhã por semana, que necessitam de muitas melhorias e nem sequer são faladas. É um orçamento, há espaço para melhorar, mas não imaginava que fosse tão polarizado, e isso é uma coisa que o preocupa profundamente.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra disse que relativamente à parte técnica do orçamento, não se pronunciaria e a sua intervenção vai um pouco no sentido da que foi feita por Samuel Costa. De facto as Grandes Opções do Plano e o Orçamento deixam antever a polarização de que ele falava e um concelho com duas realidades distintas, ou pelo menos prioridades de investimento em duas realidades distintas, sendo que o forte investimento que se faz por um lado no turismo e por outro lado em zonas diferentes do concelho, nos deixa alguma preocupação também e também no sentido de que gostaríamos de ver, e desafiaríamos o executivo até ao final deste mandato, a estabelecer uma estratégia, um forte investimento naquilo que se chama a economia de serviços. Um concelho com uma estratégia apostada nos serviços, é hoje, consabidamente, um concelho com sucesso. Desafia todos, se não leram, que leiam, um excelente artigo a este propósito saído no "Região de Leiria" de 24 de outubro passado, dum nosso concidadão, Henrique Carvalho, e que fala precisamente disto, dum forma bastante clara. Essa estratégia global e refletida num

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orçamento municipal que seja ambicioso a esse nível, e daí o seu desafio, reflete-se depois em todo o resto, nomeadamente no investimento do turismo. O turismo, sem serviços de qualidade, sem uma economia de serviços, será necessariamente um turismo votado ao insucesso ou a um sucesso relativamente precário. De notar que, naquilo que Olga Silvestre disse, o reforço na ação social e na educação parece-lhe absolutamente indiscutível mas essa é obrigação de um qualquer executivo. No que respeita às transferências para as freguesias é uma opção deste executivo que resulta também de uma transferência de competências que se reflete nas transferências para as freguesias. Pegando nas palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, disse que não gosta destes conceitos de Capital do Turismo de Natureza ou de Capital da Pedra, por se tratar de conceitos que não lhe agradam, perguntando o que é isto de Capital de Turismo de Natureza, um concelho cujo maior património são as pessoas. No que respeita ao endividamento, Antonio Pires já aqui deixou a sua opinião, há opiniões divergentes e como também é adepto da economia liberal, não acha que isso seja problema, pelo contrário, o recurso ao financiamento externo por parte dos municípios, desde que em investimentos sustentados, não acha que seja nocivo para o concelho, desde que isso se reflita num equilíbrio orçamental e económico, que lhe parece estar garantido. No entanto não pode deixar de dizer a Antonio Pires que comparou aqui anos relativamente diferentes e não vê necessidade dessa comparação, pois o que interessa é que neste momento o município tem condições para isso e se o fizer, para aquilo que está determinado, terá sempre o seu apoio.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra, passou a fazer a seguinte intervenção:-----

-----"Estamos perante um documento que traça as grandes linhas de ação deste executivo para o ano de 2020. Depois de analisar todo o relatório que nos foi apresentado, explicado ao pormenor e de fácil leitura, acompanhado de todos os mapas das Grandes Opções que o executivo propõe para 2020, resta-nos certamente poucas dúvidas para questionar acerca do mesmo. Mas mesmo assim, certamente, o executivo estará disponível para esclarecer todos os deputados que sintam que precisam de alguma explicação adicional, pois é essa a sua missão para que não fique qualquer dúvida para a aprovação deste documento que está a ser apresentado. Verificamos, e bem, que após dois anos de mandato, reconhecemos que muito trabalho já foi realizado, muita dinâmica tem sido introduzida neste concelho, uma forte aposta na divulgação do nome de Porto de Mós, que tem sido sem duvida bem acolhido pelos portomosenses e tem trazido retorno. Quem o refere são os próprios agentes económicos, e é bem visível para quem quer ver, porque há sempre aqueles que não querem ver ou que fazem outra apreciação. Se olharmos para o documento que nos é fornecido da atividade do executivo, verificamos um sem fim de ações realizadas, de maior ou menor importância, mas sempre de grande relevância – elaboração de projetos, de candidaturas, de preparação de concursos, etc.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também bastante ação por parte das Juntas de Freguesia de todo o concelho e graças aos excelentes acordos estabelecidos com este executivo. Podemos concluir que temos um concelho centrado no desenvolvimento e progresso e que proporciona aos seus munícipes, uma qualidade de vida mais digna. Continuem com este ritmo para a segunda metade do mandato, este executivo apresenta-nos hoje aqui, um documento, com objetivos concretos e decisivos para a realização de diversos investimentos, que têm vindo a ser adiados, ou por não estarem reunidas as condições, ou por qualquer outro impedimento ou até por opção política, mas são investimentos de enorme significado para o concelho, e que alguns só pecam por tardios. Estamos a falar, além da obra da Central, que está em curso, a quase total conclusão da rede de água a S. Bento, ficando assim o concelho coberto a 100%. Um forte e grande investimento em saneamento como a obra da Cumeira, Albergaria e Cruz da Léguas de cerca de quatro milhões de euros, além de outras pequenas redes no concelho, caminhando assim para uma taxa de cobertura de cerca de 80%, há muito desejável, e que já deveria estar mais adiantada se fosse opção política de quem nos tem governado. Até porque, pelo que julgo saber, estão a terminar os fundos comunitários para este tipo de investimento, passando a ser apenas com recursos próprios ou financiamentos externos. A execução da rede de infraestruturas e loteamento da ALE, de cerca de três milhões de euros, pois já foram investidos cerca de um milhão e meio em aquisição de terrenos. Vários projetos ligados ao turismo, alguns em curso, outros a iniciar, a requalificação do mercado municipal, ciclovias, zona envolvente da Fonte do Castelo, acessos e estacionamento, alargamento da Travessa de Rio Seco com reorganização do trânsito na Rua D. Fuas Roupinho. Uma das grandes obras deste mandato, e há muito desejada pelos juncalenses, a requalificação da Casa dos Calados, vai ser uma realidade. Apoio financeiro de algumas obras sociais do concelho como o CASSAC e outras. Substituição de condutas de água em fibrocimento sendo uma necessidade urgente e um grande investimento no futuro. Todos temos a noção de que a água é o bem mais precioso que temos e devemos cuidar dele. Está em causa um desperdício de cerca de 50% provocado por roturas, que tem de ser pago por todos nós. Melhorar a eficiência energética nos edifícios públicos, boa aposta. Hoje e cada vez mais, devemos estar atentos, às condições ambientais e consumos energéticos. Sensibilizar os munícipes para esta causa, é de extrema importância, proporcionando-lhe condições e alguns benefícios, pode ser importante. Uma novidade, já iniciada este ano, que apesar de ser um compromisso eleitoral deste executivo, é uma grande mais-valia para ao portomosenses, a rede de transportes públicos no concelho. Iniciou com a rede urbana Vamós, um projeto com pernas para andar e que vai certamente crescer, mas também o alargamento da rede de transportes públicos nas diversas freguesias do concelho, a preços convidativos que podem ser utilizados por quem o entender, desde que se adaptem aos horários pré-estabelecidos. Este projeto, liderado pela CIM, mas com a envolvimento e participação dos municípios. Também, e à semelhança do ano anterior, vimos reforçadas as competências das freguesias com o dobro do financiamento transferido, aqui fruto da ótima relação estabelecida com todas as freguesias, reconhecimento do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

excelente trabalho e confiança na gestão dos recursos. Apesar de todo este investimento que o executivo se propõe fazer no próximo ano no concelho, temos a perfeita consciência, que muito há ainda a fazer. Sei que o executivo está atento e sabe das suas prioridades. Todo este trabalho realizado até à data e que o executivo se propõe fazer, carece de um grande esforço pessoal, muito empenho e determinação e uma ótima gestão de recursos que lhe são colocados à sua disposição. Verificamos, nos dados que nos são fornecidos, que financeiramente o município mantém uma situação sólida. Tem sido implementada uma gestão controlada e muito cuidada o que permite que o nosso concelho continue a ter ótimos resultados nas contas que nos são apresentadas e reconhecidas pelas entidades externas que nos avaliam com nota muito positiva. Não sou apologista de que os municípios apresentem resultados anuais muito positivos, como se de uma empresa se tratasse. Devem alavancar investimentos que se julguem necessários para o concelho, que promovam o progresso e muito focados nas pessoas, mesmo que para isso tenham que recorrer a financiamentos externos e desde que a sua autonomia financeira assim o permita. O futuro não pode esperar. Quanto mais rápido proporcionarmos as condições essenciais às pessoas, promovermos e projetarmos o nosso concelho de modo a poder competir com os outros e criarmos diferenciação positiva, melhor. Para concluir, somos um concelho com futuro. Apesar de todo o investimento na promoção de Porto de Mós, que era urgente. Apesar de tantos eventos e atividades de âmbito cultural, social e educativo. Apesar das referidas festas e festinhas por tantos, proclamadas. Apesar dos grandes investimentos na rubrica do turismo e cultura, como nunca visto em Porto de Mós, também se faz obra. Também se recupera o património público do concelho. Também se leva a água às pessoas e saneamento. Também se reduz as dívidas do município e cumpre-se rigorosamente com os compromissos assumidos. Por isso, resta-nos apenas votar favoravelmente este documento."-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Cumprimentando todos na pessoa da senhora Presidente da Assembleia começou por dizer que na documentação que lhe foi entregue também é possível ler outros números nos mesmos documentos. Disse ainda que, ter lucro não deve ser o fim primeiro de uma autarquia, pois o que interessa primeiramente, é o bem-estar das populações e pontualmente, se for justificável, fazer empréstimos para promover esse bem-estar. Recebeu anteontem a execução orçamental e na sua página 2 diz-se "apresenta-se a execução orçamental até ao final do mês de agosto." Disse pensar que há aqui um erro e que se queria dizer outubro. E na página 3, chamou a atenção para a rubrica "aquisição de bens de capital", em que da previsão de sete milhões duzentos e vinte e nove mil euros, foram realizados dois milhões duzentos e quarenta e sete, ou seja, 31%, uma diferença de cinco milhões que estavam previstos realizar e que não foram realizados. Na página 5 e 6, há a mesma evolução financeira, onde provavelmente, o senhor Presidente já disse, aqui é possível verificar que depósitos em instituições financeiras passaram de cinco milhões cento e onze

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para cinco milhões quinhentos e oitenta e seis, as dívidas a curto prazo passaram de um milhão quinhentos e oitenta e quatro, para um milhão cento e oitenta e um, reduzindo meio milhão, e a médio prazo, um milhão setecentos e noventa e um para um milhão quatrocentos e quarenta e dois, reduzindo-se também. Portanto, daqui é possível ver-se que existe aqui uma diferença de, sensivelmente cinco milhões do que estava planeado realizar em termos de despesas de capital que não foram realizadas. No que diz respeito ao orçamento para este ano, disse que as despesas correntes parecem um orçamento perfeitamente exequível, já que as verbas são as tradicionais, 50% de fundos do Estado, ¼ de impostos indiretos e ¼ resultante da venda de bens e serviços, parecendo-lhe que à partida, os dezassete milhões são exequíveis. Disse depois que a pergunta que queria fazer, e a que o senhor Presidente já respondeu, mas que volta a fazer, na total transferência de capital para o ano que vem, temos três milhões e três mil euros dos quais dois milhões cento e cinquenta e oito são verbas que se espera vir a receber de fundos comunitários, da sua participação, referindo que tem muito medo que eles não venham, porque é isso que a experiência lhe diz. O senhor Presidente sabe que é necessário executar os orçamentos, depois vai haver uma vistoria aos investimentos, depois provavelmente hão-de ter um Revisor de Contas a avaliar as despesas dos investimentos, e isto demora muito tempo, e só depois é que vêm fazer um relatório para o valor ser transferido. Provavelmente, do seu ponto de vista, onde o orçamento estará empolado, até ter novos elementos, será exatamente nas rubricas de capital, como sempre tem sido tradição nesta casa. Excepcionalmente encontrar-se-á algum ano em que tenham sido feitas 70% das despesas de investimento. As despesas de investimento têm sido sempre incrivelmente baixas. Este ano, disse que não sabe se, em termos da taxa de execução ainda vai recuperar, dado que os números são de outubro, não sabe se irá recuperar em novembro e dezembro para uma taxa muito maior, mas acima de 50% vai ser difícil. Era a única questão que colocava relativamente a este orçamento, que lhe parece exequível, principalmente no que diz respeito a despesas correntes. Outra coisa que disse querer referir é que, quando fizeram a previsão dos valores a receber nas transferências correntes foram abatidos cem mil euros, o que se percebe por causa do aumento do IRS, perguntando porque é que foi mantido o valor de 2019, o que não lhe parece razoável, face ao quadro que lhes foi dado.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Cumprimentou todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal. Dirigindo-se à senhora Presidente disse que se for consultar o Regimento da Assembleia há-de reparar que o período de antes da ordem do dia são duas horas e hoje demorou três. Se se for ainda ao Regimento, quando se entra na ordem do dia, os pontos têm 25 minutos para serem discutidos por cada grupo municipal e nós demoramos aqui uma eternidade a falar sempre das mesmas coisas, nunca se chegando a conclusão nenhuma. Referiu ainda que gostaria de dizer ao colega do Juncal, para se perceber o ridículo do que dizemos às vezes, que a Casa dos Calados foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comprada no primeiro mandato do Dr. José Ferreira. O Dr. José Ferreira esteve doze anos na Câmara e o senhor João Salgueiro, outros doze. E este executivo já está há dois. Continuou dizendo que a Casa dos Calados foi comprada por setenta mil contos, trezentos e cinquenta mil euros, há mais de vinte anos. Chama-se a isto, investimentos a longo prazo em Porto de Mós. Uma Câmara que faz um investimento de trezentos e cinquenta mil euros e que depois está vinte anos para decidir o destino dum bem que adquiriu por uma brutalidade destas, convenhamos que é um disparate completo. Disse que só está a falar disto, para se ter a noção dos disparates que se andam a fazer. Ao fim de 20 anos, um executivo orçamenta setecentos e cinquenta mil euros para finalmente fazer alguma coisa na Casa dos Calados. E de repente, é uma carga de trabalhos. Ninguém se entende sobre o que é para fazer na Casa dos Calados. Quanto ao saneamento, perguntou quantos fogos é que há em Porto de Mós, quantos é que estão servidos de saneamento, quanto é que falta para acabar o saneamento em Porto de Mós. Essa era uma coisa que não sabe e que gostava de saber. Depois de se saber o que é que falta, pode fazer-se um plano. Disse ainda que o deputado Antonio Pires é animador, quando diz que não se vai conseguir resolver o problema do saneamento, "nem no nosso tempo, nem no tempo dos nossos filhos". Continuou dizendo que este era um problema que já devia estar resolvido, mas não está porque se cometeram erros, e portanto está na altura de se fazer um levantamento da situação e de não se voltarem a cometer os mesmos erros. O mesmo se passa com o abastecimento de água, dizendo sentir-se envergonhado por ainda haver uma freguesia que não tem o abastecimento de água a 100%. Disse depois que o grande problema do concelho é que mais de metade da população tem mais de cinquenta anos. Para onde tem de se olhar, é para o índice de envelhecimento que existe, e comparando com os concelhos aqui à volta, temos o pior índice. E se se olhar para o poder de compra, somos o pior. Olhando para um orçamento que investe 3.2 milhões de euros, numa Área de Localização de Empresas, cerca de 4 milhões num saneamento e 2.2 milhões na Central Termoelétrica (na Central que vai ficar com 50% do espaço em arquivo municipal). A pergunta que faz, é "tendo nós as carências que ainda temos, tendo nós ainda uma freguesia que não tem a água a 100%, tendo nós as dificuldades que temos no saneamento e a precisar de investir no saneamento, se investir 2.2 para recuperar paredes na Central, para depois lá instalar um arquivo municipal, que vai ocupar mais de 50% do espaço, se isto é um bom investimento." Continuou dizendo que sempre foi e continua a ser a favor da recuperação da Central, mas é para reconstituição da memória da vila de Porto de Mós e para transformar a Central num projeto que ajude a desenvolver o concelho de Porto de Mós e não para fazer um arquivo municipal que não vai desenvolver nada. Com esta aposta no orçamento, disse que tem de votar a favor do orçamento, porque aposta numa obra que vinha de trás e tem de ser concluída, apesar de continuar a achar que o destino que ela vai ter é uma erro. Nos próximos dois anos que faltam do mandato, há coisas que gostava de recomendar ao executivo, porque até se pode acabar a ALE, mas nós precisamos de mais, nós precisamos de fixar pessoas e para isso é necessário fixar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimento que crie algum emprego de qualidade, caso contrário, o que vai continuar a acontecer é as novas gerações a saírem, sucessivamente de Porto de Mós. Não é compreensível que um concelho como Porto de Mós, a 30 Km do mar, no centro do país, esteja a envelhecer ao ritmo que está. Continuou dizendo que é necessário um Centro de Negócios na ALE, à semelhança de um Taguspark, que é um parque tecnológico. Disse ainda que esteve num jantar em que estava também presente o Presidente da Câmara de Oeiras, tendo-o questionado sobre o que é que faziam na Câmara para captarem aquele investimento todo. Ao fim destes anos todos na presidência da Câmara e tendo o maior parque tecnológico do País, e tendo um concelho com o maior numero de licenciados e mestrados, o Presidente Isaltino, quando voltou a reassumir a presidência da Câmara, uma das primeiras coisas que fez, foi reativar o departamento de captação de investimento, onde trabalham, no apoio às empresas e ao empreendedorismo, em Oeiras, mais de vinte pessoas. Passou depois a perguntar: "então um concelho que tem um nível de desenvolvimento superior ao concelho Lisboa, continua a apostar desta maneira na captação de investimento. E então os concelhos que não conseguem fixar os seus jovens, nem atraírem profissões qualificadas, porque não têm emprego para lhe oferecer, não têm ainda mais obrigação de o fazer?" Continuou referindo que o orçamento vai no sentido correto, mas é preciso ser mais ambicioso, indo mais além. Ir mais além é dotar a Câmara de capacidade que lhe permita ir à procura do investimento. Se não se conseguir alavancar dois ou três investimentos de dimensão, não se vai conseguir inverter, nem o índice de envelhecimento, nem o poder de compra, continuando o concelho a envelhecer e até a desertificar. E também, disse, não fazer obras como o miradouro que foi feito na Corredoura, porque há coisas mais importantes para fazer.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes. No que se refere à Capital do Turismo, disse que está aqui inserido e já o estava no ano anterior e fez parte da designação do plano estratégico que está a ser desenvolvido pelo Instituto Politécnico. Disse que conta apresentar esse plano estratégico no início do próximo ano, e nessa altura já terá outra designação acrescentando que concorda que esta questão das capitais não é condizente com a nossa realidade.-----

-----Relativamente à questão do saneamento da Cumeira, disse que este é fundamental. A **Júlio Vieira** disse que, em termos de saneamento, neste momento se sabe o que falta na serra, estando identificado e planificado o investimento. Sabe-se também o que falta do resto do concelho para se atingirem os tais 80%, passando a referir, o restante de Mira de Aire, Alcaria e Alvados e toda aquela parte da Estrada Nacional 8 que também já aqui foi falado. Com este investimento e continuando a fazer pontualmente, algumas pontas que faltam concluir, nomeadamente em Alqueidão da Serra, ficar-se-á com o concelho coberto excepcionado à serra. Toda a parte da serra, freguesia de Serro Ventoso, S. Bento e União de Freguesias de Arrimal e Mendiga, não têm saneamento. Trata-se de investimentos brutais e que pressupõem uma estratégia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de investimento um pouco diferente desta de que se está a falar. Mas há outro problema, associado ao saneamento. Disse que não nos poderemos esquecer que, quando aqui chegámos, tínhamos cerca de 60% da população servida e só 35% estava ligada, continuando-se com extrema dificuldade para que as pessoas se liguem, pese embora esteja na rua uma equipa a monitorizar e a sensibilizar para essa necessidade, pretendendo-se proteger o aquífero do maciço calcário estremenho, o maior aquífero de água doce da Península Ibérica.-----

-----Quanto à questão que lhe foi colocada por **Joaquim Santiago**, disse que a canalização de água é uma empreitada que vai ser lançada, provavelmente já no início do ano, para uma parte do Juncal. Relativamente à Casa dos Calados, disse que tem um projeto de futuro para o Juncal. Um projeto onde se misturam um conjunto de valências, tais como residências artísticas ou a recuperação da memória ligada à Real Fábrica de Azulejos ou a recuperação das tradições ligadas ao junco, que deram o nome à vila. Trata-se de um investimento significativo tendo sido feito um princípio de candidatura e o arquiteto continua a referir setecentos e cinquenta mil euros. Ainda assim, foi feita a candidatura à CCDR para um investimento global na casa de um milhão de euros, esperando que seja suficiente, porque vindo fundos comunitários, a base tem de ser esta. Relativamente ao espaço a adquirir para estacionamento, que referiu, é incomportável, disse, porque as pessoas querem muito dinheiro por muito pouco terreno para serviço público. Têm sido adquiridos alguns espaços no concelho, nomeadamente em Mira de Aire para fazer exatamente estacionamentos, pois é também um compromisso com a Área de Reabilitação Urbana de Mira de Aire. Já foram adquiridos dois espaços, havendo já acordo para aquisição de mais dois espaços destinados a esse fim. Disse ainda que há mais dois ou três espaços em Juncal, que a Câmara está a tentar negociar. Se for possível negociar serão criadas condições de estacionamento. No entanto, disse, que as pessoas do Juncal, bem como do resto do concelho, e uma vez que se tem estado a falar de sustentabilidade, de transportes, de mobilidade suave, têm que se começar a convencer de que os centros urbanos, por pequenos que sejam, vão no futuro, ficar condicionados a estacionamentos ou circulação de viaturas, sobretudo por viaturas que sejam alimentadas por combustíveis fósseis. Terão de ser criadas condições de estacionamento à entrada da vila criando depois condições de mobilidade para essas pessoas se poderem deslocar. Já se está muito mais próximo disso do que há meia dúzia de anos se pensava.-----

-----Quanto ao que **Antonio Pires** falou, disse que já respondeu. A receita do saneamento é algo que tem de ter associado algo mais. Não se conseguiu ainda da Entidade Reguladora, que considere o despejar a fossa, como um serviço de saneamento. Se isso fosse conseguido, valia a pena fazer esse investimento. Caso contrário, em termos de serviço fica-se exatamente na mesma. O ERSAR não aceita esta questão como sendo uma resposta ao serviço e portanto não valoriza esta situação.-----

-----Relativamente à polarização do orçamento, que o **Samuel Costa** mencionou, disse que esta decorre das necessidades básicas. Disse ainda que este executivo está aqui há dois anos, mas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se calhar já investiu mais na freguesia de S. Bento em dois anos do que se fez em doze. O investimento que se está a fazer no turismo, tem associado, também investimento em condições básicas para servir aquela população. Trata-se de cerca de oitocentos habitantes em 41 Km², território de baixa densidade que preocupa este executivo. Samuel Costa corrigiu que não se estava a referir exclusivamente a S. Bento, mas às freguesias serranas. O senhor Presidente prosseguiu dizendo que as pessoas que não têm abastecimento de água estão identificadas, sendo lançado um procedimento concursal para Fontainhas e Pia Carneira e estando em fase de conclusão o projeto para se poder lançar Paiã e Casal de Santo Antonio. Relativamente ao que questionou **Mário Cruz**, disse que o executivo está a construir um produto turístico. É da construção desse produto turístico que está a acontecer investimento. Hoje há mais lojas abertas em Porto de Mós, há mais restaurantes, e há sobretudo em todo o concelho, uma dinâmica diferente, até ao nível do artesanato, dos produtos autóctones, ao nível de investimentos que estão a começar a acontecer que terão reflexo, num futuro próximo em toda a economia de todo o concelho. Quanto às transferências para as freguesias, ao nível de despesas correntes, aumentaram, nestes dois anos, em cerca de 40%, clarificando que as competências não se alteraram, recebiam era pouco para o muito que faziam. Quanto ao que foi dito por **Gabriel Vala**, de facto foi lançada a rede de transportes urbanos, com o Vamós. A carreira de transportes públicos neste momento, serve os alunos da escola, mas serve também o cidadão comum. No que diz respeito à intervenção de **Antonio Carvalho**, disse que houve muito cuidado nesta questão das receitas de capital, voltando a dizer que poderiam ter inserido ali as candidaturas que foram feitas. O que está do lado das receitas de capital, é a Central Termoelétrica e o projeto de Turismo de Natureza que está em curso. Continuou dizendo que a razão porque não foi feito acréscimo, cingindo-se a 2019, foi porque não puderam, porque o Orçamento de Estado ainda não foi aprovado, e assim as regras exigem que a Câmara apenas possa usar as referencias do ano em curso. No que toca à intervenção de **Júlio Vieira**, disse que assim que este executivo tomou posse, definiu um plano para o saneamento atendendo a que constataram que 60% da população estava servida e 35% estava ligada, havendo muito para fazer. Como se sabe, tinha-se iniciado há dois ou três meses a obra do saneamento de Mira de Aire, uma obra complexa, que felizmente terminou no prazo, tendo sido definida uma estratégia para as obras seguintes de forma a garantir os tais 80% da mesma forma que foi feito com a água. Relativamente ao índice de envelhecimento, disse que isso não é novidade, tendo assumido desde início uma estratégia, não só para fixar as famílias mas sobretudo para fixar os alunos. No passado até se patrocinavam os passes para os alunos irem estudar para os concelhos limítrofes, e o que se está agora a fazer, é tentar dar as melhores condições às escolas, nomeadamente as do primeiro ciclo, com um conjunto vastíssimo de projetos inovadores e de investimento em material de apoio, de forma a garantir a satisfação dos pais em utilizarem as escolas do seu concelho podendo assim garantir a sua manutenção. A par disto, frisou o investimento na ALE que irá, seguramente garantir um reforço significativo de mão-de-obra, que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acrescenta valor ao tecido empresarial e de empregabilidade. Mas, disse ainda, que há uma questão que o preocupa, e que é a necessidade de serem criadas dinâmicas a partir do município para fora, no sentido de haverem investimentos em imobiliário. Neste momento, não há casas para alugar nem tão pouco para comprar em Porto de Mós. Esse é um constrangimento sério que se está a tentar obviar. Disse ainda que, diferenciador foi o Fab Lab que está a fixar os alunos. O Centro de Negócios será uma realidade, tendo sido definido como investimento prioritário para o próximo quadro comunitário de apoio. Disse depois que há um departamento de captação de empresas na Comunidade Intermunicipal em parceria com o Politécnico de Leiria e com o NERLEI. Este departamento de captação de empresas, infelizmente não tem dado frutos para Porto de Mós, porque não há oferta. Não se consegue instalar aqui, uma empresa que queira 15 000 m², porque essas empresas querem instalar-se numa zona industrial com as infraestruturas necessárias, o que neste momento não está disponível. Há empresas que estão à espera, acreditando que no final de próximo ano, já haja condições para assumir um compromisso para a sua instalação, eventualmente, no ano de 2021.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Documentos Previsionais para o quadriénio 2020-2021** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 12 (doze) abstenções**.-----

-----3. Medidas de execução do orçamento para o ano de 2020: -----

-----Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a dizer que, em relação aos pontos 3 e 5 da Ordem de Trabalhos, chegou uma proposta à mesa para que sejam retirados estes pontos, uma vez que a mesma reza de que não existe documentação suficiente para se poderem votar estes pontos. Disse ainda que antes de ler a proposta apresentada à mesa disse que gostaria que o senhor Presidente da Câmara desse alguns esclarecimentos a esta Assembleia, sobre o assunto em questão.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra dizendo que as coisas sempre se passaram assim. Esclareceu que foi enviado um documento conjunto, que foi analisado, votado e assinado por todos os vereadores em reunião de Câmara de 30.10.2019, e agora, vem dizer-se que não é suficiente. Continuou dizendo que admite que os senhores deputados tenham algum prurido em dar ao Presidente da Câmara a competência para poder decidir. Mas, disse, este Presidente da Câmara não é menos sério que o anterior. Continuou dizendo que até trás a esta Assembleia Municipal todos os compromissos plurianuais, e se é isso que está em causa, prefere que isso lhe seja dito na cara, porque em 2016, foi assim que a Assembleia aprovou – foi aprovado conjuntamente na Câmara Municipal mas na Assembleia foi presente em pontos separados. No orçamento para 2018, foi feito diferente e bem, e este ano, por um lapso administrativo, assumindo-o como tal, a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia vai parar a Câmara durante três meses, porque todas as decisões que não possa tomar, têm de vir naturalmente, à Assembleia Municipal, mas essa é uma responsabilidade dos membros desta Assembleia.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, pediu ao senhor Presidente da Câmara que informasse, qual foi o resultado da votação na Câmara sobre estes dois pontos, tendo este respondido que a votação foi feita conjuntamente, tendo o documento sido aprovado por unanimidade. Disse ainda que a Câmara aprovou remeter para a Assembleia Municipal, que é quem tem poder para decidir. A senhora Presidente da Assembleia disse que o que está em causa é a proposta para retirar os pontos. O senhor Presidente da Câmara disse que se os pontos forem retirados, a Câmara, deixa de ter capacidade para fazer o que quer que seja, desde que seja plurianual, pelo que a responsabilidade terá de passar para quem decidir. Não se pode imputar ao Presidente uma responsabilidade que não tem, sendo este um ponto essencial, porque se o Presidente da Câmara não puder decidir, tem de ser a Assembleia Municipal. Se isso acontecer, será a primeira vez, na história deste Município, porque sempre esta Assembleia, sem contestar, deu essa possibilidade ao anterior executivo.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia passou a ler a proposta que a seguir se transcreve:-----

-----"Os deputados municipais abaixo assinados, vêm por este meio, propor o seguinte:-----

-----a) *Consta da Ordem de Trabalhos, nos pontos 3 e 5, a discussão e votação, relativamente "3. Medidas de Execução do Orçamento para o ano de 2020" e "5. Pedido de Autorização genérica para assunção de competências plurianuais, no exercício de 2020";-----*

-----b) *No que respeita ao ponto 3, consideramos que, depois de analisada a ata da reunião de Câmara correspondente, que o mesmo não foi discutido e aprovado nos termos e com a análise dos documentos agora presentes a esta Assembleia Municipal;-----*

-----c) *No que diz respeito ao ponto 5. Pedido de Autorização genérica para assunção de competências plurianuais, no exercício de 2020, trata-se de um ponto, cuja votação é não só inócua, porquanto o mesmo aparece de forma pouco clara no ponto 3, bem como se mostra desprovido de qualquer documentação de suporte autónoma. Acresce que esta deliberação não pode em nosso entender ser votada em conjunto com outros pontos da Ordem de Trabalhos, no caso com o ponto 3.-----*

-----Propõe-se a esta Assembleia que sejam retirados os pontos 3 e 5 da Ordem de Trabalhos, por não se encontrarem em condições legais e regulamentares de serem votados."-----

-----Subscreveram esta proposta os membros dos grupos municipais do Partido Socialista e do Movimento AJSIM.-----

-----**João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD)**, pediu a palavra para perguntar à senhora

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia, se os senhores vereadores em reunião de Câmara aprovaram estes documentos, tal como foram enviados à Assembleia Municipal e se o senhor Presidente da Câmara disse agora, que se fez assim de 2016 para 2017, não percebe porque é que se está agora a levantar esta questão.-----

-----**David Miguel Feteira Sagueiro (PS)**, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal pediu a suspensão da sessão por cinco minutos, para discussão com o seu grupo municipal.-----

-----Retomada que foi a sessão, a senhora Presidente da Assembleia deu um minuto a cada bancada para intervir.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM)**: -----

-----Usando da palavra, referiu que o senhor Presidente já disse ter-se tratado de um erro administrativo e nessa conformidade queria dizer o seguinte, e também ao senhor deputado João Cerejo: analisados os dois documentos e mantendo os dois pontos, cair-se-ia na seguinte hipótese, por absurdo; o ponto três ser aprovado e o ponto 5 ser rejeitado. Ora o ponto três, inclui a aprovação por parte da Câmara do documento dos compromissos plurianuais. Aquilo que sugere é o seguinte: para que se agilize a Assembleia, a par da retirada de parte da proposta, retirar o ponto 5 e incluir, conforme foi aprovado na deliberação de Câmara, os compromissos plurianuais em conjunto com as medidas de execução, e votá-las apenas no ponto três, ficando assim ambos aprovados. Porque foi isso que foi aprovado efetivamente em deliberação de Câmara.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que a ata, que resultou dessa reunião, e que foi aprovada posteriormente, por unanimidade, transcreve *ipsis verbis*, cada um dos pontos. Disse ainda que iria recomendar aos serviços, para que na próxima Assembleia, os documentos irem avulso, sendo melhor irem avulso do que irem compilados, sobretudo para a reunião de Câmara. Disse que percebe que as pessoas, por uma razão ou outra, não leiam, e depois fiquem apoquentadas quando alguém que lê, pergunte. Foi feito aquilo que a lei prevê, e como se isso não bastasse, o anterior executivo fez exatamente igual, na última Assembleia Municipal do seu mandato, no que se refere a estas matérias. Levou à Câmara um documento único, sendo o mesmo dividido na Assembleia Municipal. O que rejeita liminarmente é que se diga ou pense sequer que houve aqui uma tentativa de sonegar informação, porque se há executivo que tem sido transparente, tem sido este. Concluiu dizendo que se estes pontos forem aprovados, o concelho fica melhor, porque não fica parado durante três ou quatro meses.-----

-----O senhor deputado municipal **Mário Cruz** continuou dirigindo-se ao senhor Presidente dizendo que queria deixar claro que, da proposta dos dois grupos municipais não resulta em circunstância alguma, nem sequer implicitamente, que o executivo sonegou qualquer informação,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nem tão pouco que seja menos sério que o anterior. Terminou dizendo que, o que sugeriu, e acha que está claro, é votar apenas no ponto 3, todo o documento que foi aprovado em reunião de Câmara e que inclui assim também o ponto 5, não fazendo sentido votar novamente o ponto 5 autonomamente, porque já está implicitamente votado.-----

-----A senhora Presidente usou também da palavra dizendo que a proposta que foi apresentada à mesa, o que propõe é “... que sejam retirados os pontos 3 e 5 da Ordem de Trabalhos, por não se encontrarem em condições legais e regulamentares de serem votados”. -----

-----**Mário Cruz** pediu novamente a palavra para esclarecer que o que os signatários da proposta vêm dizer, e para que conste em ata, é que tiram a proposta nesses termos, propondo o seguinte: que seja votado o ponto três, onde se incluiu a assunção de compromissos plurianuais, retirando-se o ponto cinco por desnecessidade de aprovação de algo que já vai ser aprovado no ponto três. Quanto à legalidade da proposta, os deputados municipais são livres de apresentar qualquer proposta.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD)**, usando da palavra perguntou, agrupando o ponto cinco no ponto três, conforme consta no documento, a lei permite que isto seja votado num só ponto, ou tem de ser votado separadamente, para que o pedido de autorização genérica para assunção de competências plurianuais, no exercício de 2020, não fique ferido de nulidade.-----

-----O senhor Presidente interveio mais uma vez para dizer que as medidas de execução do orçamento do município estão aqui com uma nota introdutória e terminam no artigo 26º, com a sua assinatura em baixo. Na página seguinte, aparece o anexo 1, com o título autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos. Disse ter sérias dúvidas de que uma coisa complementa a outra, porque são coisas diferentes. As medidas de execução orçamental incluem a assunção de compromissos plurianuais, mas não dão autorização ao Presidente. Esse é um mandato autónomo, tendo assumido logo no início ter havido um lapso administrativo. Se apenas for votado o ponto três, não estão a dar ao Presidente da Câmara essa autorização genérica.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia, perante a interpelação de David Salgueiro sobre a votação da proposta apresentada, disse que a mesma não foi aceite pela Mesa da Assembleia.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto três da Ordem de Trabalhos posto a votação – **Medidas de execução do orçamento para o ano de 2020** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 8 (oito) abstenções**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----4. Mapa de Pessoal para o Ano de 2020:-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para se referir ao mapa de pessoal, dizendo que o mesmo vem em linha do que tem sido aqui apresentado nos últimos anos. Referiu-se ainda aos três avençados – terapeuta da fala, psicólogo e um professor de 1º ciclo para dar cumprimento ao programa no âmbito do insucesso escolar, referindo que para além destes, se matem inalterada a questão do pessoal. Durante o ano de 2019 foram contratados a tempo determinado duas pessoas licenciadas, na área, para o Castelo, no âmbito de um concurso e que estão a dar uma excelente resposta na receção e acompanhamento dos visitantes do Castelo. Referiu ainda que veio um quadro em mobilidade da Câmara Municipal de Alcobaça, na área de arqueologia, prestando apoio transversalmente em várias áreas, mas principalmente na área do património cultural.-----

-----Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):-----

-----Interveio para perguntar o ponto de situação dos estágios profissionais.-----

-----O senhor Presidente respondeu que a Câmara se candidatou a seis estágios profissionais, tendo os mesmos sido aprovados. Neste momento encontram-se em curso para entrevista de seleção um lugar, respetivamente, para enfermeiro veterinário, médico veterinário, turismo, jurista e arquitetura.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos – **Mapa de Pessoal para o Ano de 2020** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----5. Pedido de autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais no exercício de 2020:-----

-----Não havendo qualquer intervenção atendendo a que o ponto já foi discutido no ponto 3 da ordem de trabalhos, foi o mesmo posto a votação, tendo sido **aprovado por maioria, com 12 (doze) abstenções**.-----

-----6. Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro:-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dar conhecimento da informação que a seguir se transcreve, no sentido de dar conhecimento à Assembleia Municipal dos compromissos assumidos de 01.09.2019 a 15.11.2019.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----“A Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova a regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

----- Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

----- Face ao exposto, na sequência da aprovação da referida autorização prévia genérica em Assembleia Municipal de 30-11-2018, e dando cumprimento ao artigo 22.º e Anexo I das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2019, junto se anexa um quadro onde constam os compromissos assumidos ao abrigo da mesma desde 01-09-2019 a 15-11-2019.”-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Usando da palavra perguntou quais as fontes de financiamento dos duzentos e cinquenta e oito mil euros referentes à Rede de Turismo de Natureza, tendo o senhor Presidente respondido que são 85% do FEDER, no âmbito da candidatura ao turismo.-----

-----**7. Adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito do regime jurídico de serviço público de transporte de passageiros (RJSPTP):**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para apresentar a proposta que a seguir se transcreve e que foi discutida e aprovada em reunião de Câmara de 07.11.2019:-----

----- “Relativamente ao assunto em epígrafe, sou a informar o seguinte:-----

-----Considerando que a Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, na sua redação atual, que aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), os municípios são as autoridades de transporte competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais, e as Comunidades Intermunicipais (CIMs), são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais que ser desenvolvam integral ou maioritariamente na respetiva área geográfica, e inter-regionais, art.º 6.º do RJSPTP.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O artigo 10.º do RJSPTP, as autoridades de transporte podem delegar, designadamente através de contratos interadministrativos, as respetivas competências noutras autoridades de transportes ou noutras entidades públicas, o que significa que os municípios estão habilitados para delegar nas CIMs as suas competências enquanto autoridade de transportes;-----

-----No contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito do RJSPTP, celebrado entre o Município de Porto de Mós e a CIMRL em 03 de agosto de 2017, em anexo, foram delegadas as competências referentes ao período transitório (1.ª fase de implementação do RJSPTP) com vista à manutenção do regime de exploração do serviço público de transporte de passageiros a título provisório, conforme definido na cláusula 2.ª do referido contrato, e nos artigos 10.º, 11.º e 12.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, na sua redação atual, não contemplando a transferência das competências necessárias para a implementação da 2.ª fase do RJSPTP (planeamento do sistema de transportes a contratualizar, política tarifária e de financiamento, programas de concurso e cadernos de encargos, lançamento dos procedimentos concursais, e a contratualização da exploração do serviço público de transportes de passageiros), conforme definido no artigo 4.º do RJSPTP.-----

-----Segundo os artigos 9.º e 10.º do regime transitório da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros por modo rodoviário, atribuídos ao abrigo do Regulamento do Transportes em Automóveis (RTA), "mantêm-se em vigor até ao final do respetivo prazo de vigência ou até 3 de dezembro de 2019, consoante a data que ocorrer primeiro" e "não podendo o respetivo prazo de vigência terminar, em caso algum, após 3 de dezembro de 2019."-----

-----Neste sentido e considerando o processo de contratualização da exploração do serviço público de transporte de passageiros da Região de Leiria, torna-se necessário proceder à realização da presente adenda ao contrato atrás referido, que contempla a transferência das competências necessárias para a implementação da 2.ª fase do RJSPTP, conforme definido no artigo 4.º do RJSPTP.-----

-----Face ao exposto proponho a aprovação da minuta do contrato interadministrativo a celebrar com a CIMRL e posterior envio a Sessão de Assembleia Municipal para que este órgão autorize a Câmara Municipal de Porto de Mós a celebrar o contrato interadministrativo de delegação de competências na CIMRL, conforme disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013."-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que este foi um tema que já atrás introduziu, pelo que pouco mais tem a comentar, disponibilizando-se para responder a quaisquer questões que lhe queiram colocar.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos –

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito do regime jurídico de serviço público de transporte de passageiros (RJSPTP) – posto a votação, tendo o mesmo, sido aprovado por unanimidade.-----

-----**8. Pedido de autorização para celebração de contrato interadministrativo com a União de Freguesias de Arrimal / Mendiga para apoio à construção da casa Mortuária da Mendiga;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para apresentar a proposta que a seguir se transcreve e que foi discutida e aprovada em reunião de Câmara de 07.11.2019:-----

-----“A entidade União de Freguesias de Arrimal e Mendiga com sede Rua Principal, 60 – 2480-201 Mendiga está a construir a Casa Velório da Mendiga, obra já contemplada no orçamento municipal de 2019, no documento das Grandes opções do Plano 2019. A obra, de acordo com a informação enviada pelos serviços da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga, foi adjudicada pelo valor de 122.717,91 €. Neste sentido, foi solicitado um apoio para fazer face aos custos da obra.-----

-----Esta obra será um espaço de utilidade pública servindo a população Freguesia de Arrimal e Mendiga, permitindo conferir ao ato de velar a dignidade que merece, contrariamente ao que atualmente existe.-----

-----Considerando que o apoio solicitado se justifica pela necessidade de melhorar as condições que atualmente existem na União de Freguesias de Arrimal e Mendigo, proponho, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com a alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma norma legal, a atribuição de uma comparticipação, no valor de 30 000,00 €, condicionada à elaboração do competente protocolo, que definirá os direitos e deveres das partes.”-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos – **Pedido de autorização para celebração de contrato interadministrativo com a União de Freguesias de Arrimal / Mendiga para apoio à construção da casa Mortuária da Mendiga** – posto a votação, tendo o mesmo, sido **aprovado por unanimidade.**-----

-----**9. Desafetação de domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno de 18,05 m2, sita em Lagoa Seca, na Freguesia de Juncal;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para apresentar a proposta que a seguir se transcreve e que foi discutida e aprovada em reunião de Câmara de 07.11.2019:-----

-----“Na sequência da informação I-11026 da DFRHGA, datada do dia 18 de novembro de 2019, sobre o assunto em epígrafe, proponho:-----

-----Possa a Câmara municipal nos termos alínea ccc), do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 550

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

75/2013, de 12 de setembro propor à Assembleia Municipal a desafetação duma parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do Município com a área de 18,05 metros quadrados omissa na matriz predial, sita em Lagoa Seca, na freguesia do Juncal, nos termos das competências próprias daquele órgão e previstas na alínea q), do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro."-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicitar o assunto em apreço, dizendo que se verificou haver um erro grave de implantação de um prédio, e para que não se prejudique mais o interesse público e se promova a legalização do mesmo, se está a pedir esta desafetação para que a Câmara possa vender ao dono do prédio essa parcela de 18m².-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que não percebe como é que esta casa foi licenciada porque está em cima de uma linha de água tendo também ocupado terreno público.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que o processo tem uma fotografia do muro, ainda em tosco, já feito, há já alguns anos atrás. Se foi ocupado pode não ter sido por este senhor, pois não sabe há quanto tempo é que ele comprou a casa. O que pode dizer é que aparentemente o senhor desconhecia esta situação em absoluto, tendo ainda conhecimento que o empreiteiro, poderá ter eventualmente abusado da boa vontade do município.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos – **Pedido de autorização para celebração de contrato interadministrativo com a União de Freguesias de Arrimal / Mendiga para apoio à construção da casa Mortuária da Mendiga** – posto a votação, tendo o mesmo, sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**10. Regulamento Municipal de Funcionamento do Grupo de Proteção Sénior de Porto de Mós:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a palavra à senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Saúde e Juventude, que passou a apresentar a proposta que foi aprovado em reunião de Câmara de 21.11.2019, e que a seguir se transcreve:-----

-----"Considerando que:-----

-----A Câmara Municipal de Porto de Mós, deliberou em sua reunião ordinária de 11 de outubro de 2018, dar início ao procedimento para a elaboração do "Regulamento Municipal de Funcionamento do Grupo de Proteção Sénior de Porto de Mós";

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Câmara Municipal de Porto de Mós, em sua reunião ordinária de 29 de agosto de 2019, determinou a abertura de um período de discussão pública relativamente ao "Regulamento Municipal de Funcionamento do Grupo de Proteção Sénior de Porto de Mós";

A discussão pública se fixou em 30 dias úteis a contar da data da publicação do respetivo Edital no Diário da República, o qual teve início a 3 de outubro de 2019, conforme Edital n.º 1105/2019;

Decorrido o prazo de discussão pública não se registou qualquer sugestão ou reclamação sobre o referido regulamento, pelo que, proponho que o projeto de regulamento seja submetido à próxima reunião do órgão executivo para posterior aprovação pela assembleia municipal, órgão que detém a competência para o efeito, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro na atual redação."-----

-----A senhora vereadora disse ainda que o Grupo de Proteção Sénior, é um grupo multidisciplinar que pretende responder a uma serie de necessidades, garantindo uma maior proteção às pessoas idosas do concelho, materializada através do projeto de regulamento a submeter à apreciação do Plenário do Conselho Local de Ação Social, tendo por base os princípios da subsidiariedade, integração, articulação, participação, inovação e igualdade de género.-----

-----**Cristiana Ferreira do Rosário (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, disse que apenas queria deixar aqui uma nota, dizendo que este é um regulamento que acredita que seja aprovado pela Assembleia, sendo de louvar o foco na população mais idosa, que é também uma parte da população claramente muito desprotegida. Deu nota ainda que podem colaborar com o grupo, as Junta de Freguesias, as Associações de Bombeiros, grupos de voluntariado e outros de relevância. Parece-lhe ainda importante que poderá alguém da Assembleia Municipal colaborar de perto com este grupo.-----

-----A senhora Vereadora acrescentou que essas situações já foram acontecendo. Já houve situações em que as pessoas sinalizadas eram de determinada freguesia, sendo convidados os respetivos presidentes da Junta de Freguesia para a discussão desse caso.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos – **Regulamento Municipal de Funcionamento do Grupo de Proteção Sénior de Porto de Mós** – posto a votação, tendo o mesmo, sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**11. Delegação de Competências nas Freguesias:**-----

-----**11.1. Pedido de autorização de adenda aos acordos de execução com as Freguesias:** ----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicitar que se trata de uma adenda porque

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o acordo de execução foi assinado para o mandato, tendo sido assumido este executivo no primeiro ano, que iria tentar melhorar as condições de financiamento das competências delegadas nas juntas de freguesia, sendo isso que se está aqui a propor. Para 2020 está a propor-se um aumento de transferências para as freguesias de um valor que ronda os 60%, equivalendo a um montante de trezentos e oitenta e cinco mil euros o que revela o bom relacionamento que existe com as juntas de freguesia mas também o nível de subfinanciamento para a concretização das competências e também por outro lado, e não menos importante, a resposta que as juntas de freguesias dão às populações com este financiamento, assumindo que se fosse o município a realizar essas tarefas, custariam seguramente muito mais dinheiro-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos – **Pedido de autorização de adenda aos acordos de execução com as Freguesias** – posto a votação, tendo o mesmo, sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----11.2. Pedido de autorização de celebração de Contratos Interadministrativos com as Freguesias: -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicitar o ponto em epigrafe.-----

-----**Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteira (AJSIM):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, pediu um esclarecimento relativamente ao objetivo do contrato. Na alínea c), onde diz “...*alinhamento e alargamento de muros e respetiva construção...*” e no caso de serem muros privados, como e onde é que se processam o licenciamento destes muros, porque na alínea f) das obrigações, diz-se que tem de cumprir todas as normas técnicas aplicáveis.-----

-----O senhor Presidente, passou a responder ao anterior interveniente, dizendo que, à partida e cumprindo as regras do urbanismo exigidas, as Juntas de Freguesia estão dispensadas de licenciamento. O que tem vindo a ser feito, num processo de interação, sempre que há situações de alargamento e se este pressupõe deitar o muro existente abaixo, a Junta de Freguesia faz o respetivo muro e os alinhamentos são feitos por técnicos da Câmara. É isto de este acordo interadministrativo diz. O acordo interadministrativo pressupõe as obras a executar pela Junta de Freguesia estejam inscritas nos seus planos e que depois sejam validadas pelos técnicos, pois não há nenhuma obra que seja paga que não tenha um relatório e o processo de contratação.-----

----- **Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteira (AJSIM)** continuou ainda a usar da palavra para dizer que o anexo 1 apresenta a execução orçamental de todas as juntas de freguesia, menos de Alqueidão da Serra. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicar que a Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, por compromisso assumido pela Câmara, tem um valor diferenciado, achando ser legítimo a Junta de Freguesia receber um valor referente à renda das eólicas. Portanto, a Junta de freguesia, recebe os seis mil e quinhentos euros que recebia antes, mais cinquenta mil. O restante valor, os duzentos e vinte e cinco mil euros restantes, entram num processo de majoração que tem aqui implicadas as receitas executadas, a área, população e a execução orçamental.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos – **Pedido de autorização de celebração de Contratos Interadministrativos com as Freguesias** – posto a votação, tendo o mesmo, sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM)**, disse querer fazer uma interpelação à mesa, nos termos do Regimento. Referindo-se à proposta apresentada no ponto 3 da ordem de trabalhos, disse que a mesma não foi aceite pela mesa, perguntando qual o fundamento.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD)**, pediu também a palavra para dizer que a proposta foi retirada pelo anterior interveniente, respondendo aquele que não, e que o que foi feito foi a apresentação de nova proposta.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia respondeu que o motivo da não-aceitação da nova proposta, foi o facto de a Mesa não ter encontrado qualquer ilegalidade para que o ponto 3 e o ponto 5 não fossem votados autonomamente, e tendo em conta o que foi referido pelo senhor Presidente da Câmara, que votando o ponto 3, não se estava a votar o conteúdo do ponto 5.-----

-----**Mário Cruz** disse ainda que o sentido da sua interpelação é que quaisquer propostas apresentadas, e da leitura do Regimento, não cabe à Mesa, recusar pura e simplesmente as propostas forem elas quais forem, apresentadas pelos deputados municipais. A Assembleia é soberana depois para rejeitar a proposta e não foi isso que aconteceu, dizendo que apenas quer chamar a atenção desse aspeto. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal registou a interpelação do deputado Mário Cruz, referindo que a Mesa iria analisar o Regimento.-----

-----**11. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que estava disponível para responder às questões que entendessem colocar-lhe, dispensando-se de fazer mais comentários sobre o mesmo, face ao documento que foi oportunamente distribuído por todos os membros desta Assembleia. De qualquer forma, disse que não poderia deixar de dar algumas notas finais. Uma delas tem a ver com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o encerramento da Estrada da Bezerra, por via da intervenção profunda que vai ser feita no talude. Disse ainda querer referir que as entradas no Castelo, já ultrapassaram os dezoito mil visitantes, o que considera significativo. Disse ainda que o Município recebeu também o Prémio de Turismo, Sustentabilidade e Economia Social, reconhecimento do INATEL. Apresentou também o livro que foi publicado sobre o Castelo de Porto de Mós, tendo este sido incluído nos vinte castelos mais bonitos do País. Finalmente, desejou a todos um Feliz Natal.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD)**, interveio para fazer duas propostas, sendo que uma delas tem a ver com uma alteração ao Regimento. O Período de Antes da Ordem do Dia, que durante vinte ou trinta anos, foi o ultimo ponto da Ordem de Trabalhos, o voltasse a ser, para que não se volte a repetir o que aconteceu aqui hoje, ou seja, três horas até se chegar à Ordem do Dia. A segunda proposta era no sentido de se marcar de vez em quando uma sessão temática, sobre dois ou três temas – educação e saúde ou saneamento, para se discutirem esses assuntos, com maior profundidade.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia disse que o Regimento foi aprovado no início do mandato, tendo sido discutido com todos os grupos municipais, pelo que assim irá continuar, a não ser que cheguem por escrito à mesa manifestações de vontade dos deputados municipais em que o mesmo seja alterado. Quanto às sessões temáticas, disse que concorda, mas tem que se ter em atenção os custos que cada sessão acarreta para o município.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 11 (11.1, 11.2.), da Ordem de Trabalhos**, dispensando a sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.00 horas do dia 7 de dezembro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

